

INTRODUÇÃO

“A insurgência de discursos e sujeitos interditados provoca, em certa medida, um arranjo de efeitos de sentidos e poderes. Assim, os discursos e os sujeitos se impõem em espaços já estabilizados, que exercem a pressão para que o outro não signifique nesse mesmo lugar ou de forma alguma – como é a problemática da posição social do negro no Brasil”. (RODRIGUES, 2007, p. 190).

No “discurso” (ORLANDI, 2001) do “senso comum” (LAGAZZI, 1988), a “prática discursiva¹” (PÊCHEUX, 1997) sobre o racismo ainda é um dos aspectos presentes no contexto social e político da sociedade brasileira e, por uma questão histórica, vem perpassando de geração a geração as diferentes disputas discursivas sobre o negro e seu direito de igualdade em relação ao branco, uma vez que ele sofreu historicamente o processo de escravidão, o qual se acredita ter sido fator preponderante ao impedimento de sua ascensão social e também de exclusão. Ressalta-se que o discurso sobre esse direito diz respeito não apenas à posição do negro, mas também à do índio, do sem-terra e outros considerados socialmente excluídos.

É visto que a sociedade, de uma forma ou de outra, tenta camuflar, pelo “efeito de sentido” (ORLANDI, 2001) produzido pelo funcionamento do discurso, a prática discursiva racista, no entanto não é raro os afrodescendentes serem vítimas de práticas de violência preconceituosa, veladas ou explícitas. Basta consultar, de acordo com Rodrigues (2008), dados censitários em qualquer órgão de pesquisa desse tipo, como o IBGE, para se ter uma visão dos espaços sociais que o negro ocupa. Ou basta observar, nas relações cotidianas, as práticas de discriminação e a visível desigualdade nos diversos segmentos da sociedade. Isso é reflexo do processo excludente de escravidão de que o negro foi vítima durante longos anos.

Por outro lado, no campo prático são várias as controvérsias acerca de quais seriam as melhores soluções para reparação social desse dano, pois a disparidade social

¹ Para Pêcheux (1997) o “sentido” de uma sequência só é materialmente concebível quando se concebe essa sequência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos).

entre negros e brancos continua bastante visível no âmbito das relações sociais, políticas e mesmo econômicas.

Uma das propostas que surgiu como resposta a esse problema foram as políticas de ação afirmativa, também designadas “política de cotas”, “reserva de vagas”, “ação compensatória”, cuja implantação fomentou bastante discussão. A proposta das cotas faz parte de um conjunto de políticas afirmativas que foram elaboradas para serem defendidas na Conferência das Nações Unidas Contra o Racismo em Durban, África do Sul, em 2001, com a participação de 189 nações. Essa conferência foi a terceira (em 1978, a primeira; em 1983, a segunda). Nessa conferência, o Brasil apresentou um relatório em que descrevia a situação dos negros. Isso o fez comprometer-se a programar políticas públicas a fim de amenizar os “efeitos de sentido” (PÊCHEUX, 2002) da pós-escravidão.

Segundo Munanga (1996), as chamadas políticas de ação afirmativa são muito recentes na história da “ideologia antirracista”. Nos países onde foram implantadas (Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia e Malásia, entre outros), elas visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens decorrentes de sua situação de vítimas historicamente legitimadas; visam retirar barreiras, concretas ou não, que os impedem de ter acesso pleno aos estudos, ao mercado de trabalho e aos direitos sociais humanos. Nos Estados Unidos, onde foram aplicadas desde a década de 1960, buscavam oferecer aos afro-americanos a chance de participar da dinâmica da mobilidade social crescente.

No Brasil, país onde grande parte da população é negra (IBGE, 2004), tornou-se inevitável a discursividade sobre a implementação do sistema de cotas. Dessa forma, a expressão “ação afirmativa” chegou carregada de uma diversidade de sentidos e, desde 1998, vem sendo debatida, sobretudo no que se refere à política de reparação histórica para afrodescendentes materializadas nas cotas para inserção dos negros nas universidades e serviços públicos. Acredita-se que o cumprimento dessa política aumentará, de forma significativa, o número e a participação de afrodescendentes nas universidades, resultando numa representação maior de negros em espaços sociais onde se requer o curso superior, um “trampolim” à ascensão social e econômica desse povo.

Dentre essas discursividades, nosso interesse recai sobre como as mídias representam em seus discursos as cotas e, conseqüentemente, o negro, pois se notam, na

materialidade discursiva desses meios de informação, sentidos discursivos irônicos, negações e até mesmo posições tendenciosas, manipuladoras e “ideológicas” (ORLANDI, 2001), expressos em vocábulos, títulos, recursos metafóricos, imagens e expressões.

Entendemos que toda prática discursiva se manifesta de diferentes formas, evocando diferentes sentidos, dependendo das “condições de produção” em que irrompe (PÊCHEUX, 1997), por ser materializada na/pela linguagem, que é uma prática social, sendo toda prática social discursiva, ideológica. Assim, partimos da hipótese de que há o interesse midiático de homogeneizar socialmente o discurso sobre as cotas a fim de (des) caracterizá-las como necessárias à equiparação social, podendo manifestar e reproduzir sentidos negativos ou positivos sobre esse direito do afrodescendente, uma vez que o sentido discursivo é produzido a partir de outros sentidos já cristalizados na sociedade historicamente e, numa sociedade capitalista, a política de ação afirmativa tem seus defensores e detratores. Para isso, as mídias constroem representações de valores subjacentes às práticas sociais, criam e manipulam signos e, conseqüentemente, produzem sentidos a partir de determinada posição social de classe e de interesses econômicos vigentes. Além disso, usam estratégias persuasivas para induzir, pelo efeito de sentido de seu discurso, os sujeitos leitor e interlocutor a determinados tipos de procedimentos ou práticas discursivas. Como afirma Maingueneau (2005, p. 72), muitas mutações sociais manifestam-se por meio de um simples deslocamento “midiológico”.

Por outro lado, acreditamos que nem todos os sujeitos se deixam persuadir, pois as mídias não teriam todo esse poder ou, como concebe Pêcheux (2002), não há nenhuma interpelação ou identificação plenamente bem-sucedida. Dessa forma, questionamos:

- Há tentativa de construção de sentido discursivo consensual na sociedade brasileira sobre as políticas de ação afirmativa propagado por essas mídias em que elas se posicionam contra ou a favor?
- Há tentativa de construção de sentido discursivo de uma luta hegemônica pelo controle desse consenso permeado por discursos midiáticos ideológicos partidários?
- Os discursos dessas mídias representam as cotas como política de inclusão social do negro, ou de exclusão, negando-as como legítimas e necessárias à equidade social?

- As mídias representam em seus discursos a “voz” da elite ou do povo brasileiro?
- Como os afrodescendentes são representados no discurso da imprensa? Há miscigenação ou negação identitária?
- O discurso dessas mídias reflete as discussões políticas, sociais e educativas em relação à valorização do negro em nossa sociedade?

Para o desenvolvimento desta pesquisa, cujo objeto é o discurso midiático sobre as cotas, o corpus foi constituído a partir de enunciados recortados das revistas *Veja online*, edição 2011, de 6 de junho de 2007, e *Caros Amigos* (impressa), nº 66, de setembro de 2002. Ressaltamos que a escolha dessas revistas justifica-se pelo fato de serem ideologicamente opostas.

Nosso objetivo geral é analisar os “sentidos” discursivos construídos pela mídia (PÊCHEUX, 1997) sobre o sistema de cotas para inserção dos afrodescendentes nas universidades públicas do Brasil.

Já os objetivos específicos são: analisar as discursividades sobre o sistema de cotas como acontecimento discursivo e o modo como os dois suportes midiáticos representam o negro em seu discurso; investigar como esses sentidos são (re) produzidos e (re) significados pelas revistas ao representarem o negro a partir das cotas.

Para o cumprimento desses objetivos, ancoramo-nos, inicialmente, na premissa segundo a qual a Análise do Discurso não possui uma metodologia específica, um modelo para interpretação dos dados. De acordo com Orlandi (2001, p. 59), “não há um esquema já dado que permita ou possa apenas enquadrar dados e nem uma forma de trabalhá-los, cabendo ao analista adotar princípios e procedimentos”. Então, a postura metodológica adotada pela pesquisadora consiste em uma pesquisa descritiva e interpretativa, em que, para a análise do corpus, seguiu-se a proposta de Rodrigues (2007), a saber: recorte e agrupamento dos enunciados por afinidades de sentido e discursividades em relação aos “efeitos de sentido” (PÊCHEUX, 1997) no que diz respeito à influência ideológica da mídia representada nos discursos sobre as cotas, pois entendemos que o discurso é uma manifestação humana ideológica que tensiona efeitos de sentidos instáveis, os quais dão significação às relações sociais. Nesse sentido, a elaboração do problema, a formulação das questões de pesquisa, a metodologia, o recorte dos enunciados e o modo de analisá-los são influenciados pela visão do pesquisador.

Ressaltamos que, para a constituição do *cópus*, foram analisados vários enunciados produzidos no período de 2001 a 2007, de ambas as revistas, selecionando-se, porém, aqueles que mais corresponderam aos objetivos propostos.

As etapas que constituíram metodologicamente a análise foram as seguintes:

- a) Recorte, nos textos (materialidade dos discursos), dos enunciados significativos que atendiam às necessidades de análise;
- b) Agrupamento dos enunciados pela sua especificidade de sentidos;
- c) Percurso de análise, durante o qual constatamos que alguns enunciados não eram significativos para atender ao objetivo e deixavam de fazer sentido, sendo descartados.
- d) Classificação dos enunciados em discursos, considerando que os enunciados de um discurso constituem-se em paráfrases uns dos outros;
- e) Retorno ao *cópus* para efetuar novo recorte específico a partir de certos enunciados.

Enfatizamos que os procedimentos metodológicos utilizados constituem-se no dispositivo analítico construído pelo analista, pois, segundo Orlandi (1999, p. 26), a AD não estaciona na interpretação; o que significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu. Não há uma verdade oculta atrás do texto; há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender.

Abordamos também aspectos da estrutura e do acontecimento (PÊCHEUX, 1990), por conterem, de um lado, as regras da língua e, de outro, aquilo que é efetivamente dito e por entendermos o discurso como acontecimento e como fundador da interpretação (ORLANDI, 1996), construindo uma verdade na ordem do discurso (FOUCAULT, 1996).

Dessa forma, a pesquisa está organizada em três capítulos, cujo conteúdo é descrito a seguir.

No Capítulo I – QUADRO FORMAL: ALGUNS CONCEITOS DA ANÁLISE DO DISCURSO –, descrevemos nossas opções teóricas visando mediar o movimento

entre a descrição e a interpretação, procurando situar os conceitos básicos da AD que permeiam nossa pesquisa.

No Capítulo II – RACISMO E HISTORICIDADE, buscamos, na história, a origem do discurso fundador “raça superior e raça inferior”, relacionando-o ao acontecimento discursivo propagado pelas mídias – Política de ação afirmativa/cotas para inserção do afrodescendente em universidades públicas –, investigando elementos discursivos construídos historicamente e cristalizados na memória coletiva do povo.

O Capítulo III – COTAS PARA NEGROS: REPRESENTAÇÕES E SENTIDOS CONSTRUÍDOS PELO DISCURSO MUDIÁTICO – analisa, por meio dos discursos das mídias investigadas, como elas se posicionam diante desse acontecimento discursivo, relacionando seus discursos a fatores ligados à história e à sociedade num dado momento de produção.

Esperamos que esta pesquisa venha contribuir para a discussão da igualdade como um direito básico e constitucional e que possa constituir-se em subsídio para reflexões sobre a possibilidade de mudanças na sociedade no que diz respeito, sobretudo, aos afrodescendentes.

CAPÍTULO I:

UM POUCO DA ANÁLISE DO DISCURSO

Esta pesquisa fundamenta-se na Análise do Discurso de linha francesa por ser um campo do saber cujo objeto é o discurso, sendo este considerado como uma instância histórica, social e ideológica. Orlandi (1999) afirma que uma das contribuições dessa teoria é levar o leitor a um estado de reflexão, uma relação menos ingênua com a linguagem, o que implica considerar a historicidade dos sentidos e a materialidade discursiva.

Pêcheux (1997, p.144) precursor da Análise do Discurso, abordou a questão do discurso a partir das “condições ideológicas de reprodução-transformação das relações de produção”. Para ele, todo modo de produção baseia-se numa divisão, cujo “princípio” é a luta de classes. O teórico considera que é por meio dos aparelhos

ideológicos de Estado que o discurso da classe dominante se realiza, pois sujeitos pertencentes a determinada classe assumem os discursos de outras classes.

Nessa perspectiva, aborda-se a política de ação afirmativa (cotas para negros) como acontecimento discursivo veiculado pelas mídias. Como o sentido dos enunciados não é transparente, torna-se possível que a mídias promovam um jogo oblíquo de denominações e sentidos, por meio de paráfrases e imagens que, mesmo aludindo ao mesmo assunto, não têm ou assumem a mesma significação, uma vez que cada uma serve a instituições que possuem ideologias e práticas discursivas distintas.

Althusser (1985) assegura que toda formação social é resultado de um modo de produção dominante. Entendemos, assim, que as mídias em geral servem a uma instância superior, ou seja, ao capitalismo. Dessa forma, usa discursos persuasivos cujo objetivo é o de atender ao público consumidor.

Ao tratarmos do enunciado, podemos dizer que este é a unidade central da teoria do discurso, uma vez que a AD investiga, por meio da materialidade linguística, o campo dos enunciados a fim de entender os acontecimentos discursivos que possibilitam o estabelecimento e a cristalização de certos sentidos em culturas diversas. Dessa maneira, a irrupção do acontecimento discursivo “cotas” deve-se aos momentos históricos e sociais passados e presentes, uma vez que a emergência desse enunciado está correlacionada a outros já ditos. Para isso, é interessante fazer um “passeio” à AD a fim de enfatizar alguns itens essencialmente importantes aos objetivos propostos e aos objetos de análise deste trabalho de pesquisa.

1.1 O surgimento e fases da Análise do Discurso

Segundo Maingueneau (1993), a Análise do Discurso que toma o discurso como seu objeto próprio teve início na França no final dos anos 60, século XX. O estudo que interessa a ela é o da língua funcionando à produção de sentido, permitindo analisar unidades além da frase, considerando não apenas o que é dito em dado momento, mas as relações que esse “dito” estabelece com o que “já foi dito” e até mesmo com “o não dito”. Já Orlandi (1999, p. 18) contribui ao dizer que o papel da AD é:

[...] não trabalhar com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneira de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos ou como membros de uma determinada forma de sociedade, pois a linguagem é concebida como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação que é o discurso torna possível tanto à permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade que ele vive.

Então, conceituar a AD trazendo-a para o contexto atual é dizer que ela é uma teoria que analisa os sentidos discursivos do sujeito enunciador. Dessa forma, o discurso é um objeto de estudo que não tem fronteiras definidas, pois os sentidos e efeitos discursivos são resultados da relação linguística, histórica e ideológica, pois a AD surgiu pela união de três campos teóricos: a teoria da História (Marx relido por Althusser), para explicar os fenômenos das formações sociais; a teoria da Linguística (leitura de Saussure a partir de Pêcheux), para explicar os processos morfossintáticos, e a psicanálise (Freud relido por Lacan).

Influenciado pela teoria althusseriana, na tentativa de problematizar os deslocamentos teóricos da AD, Pêcheux (1997) analisa três fases por que passou esta disciplina em seu percurso de constituição. O primeiro momento caracteriza-se pela exploração metodológica da noção de “maquinaria discursiva” estrutural, concebendo o processo de produção discursiva como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um “sujeito-estrutura” determina os sujeitos como produtores de seus discursos. (PÊCHEUX, 1997, p. 311). Para isso, ele desenvolveu uma metodologia de análise automatizada, utilizando ferramentas computacionais para o tratamento dos *corpora*. Acredita-se que, a essa época, apesar de Pêcheux ser contrário ao estruturalismo, essa teoria estava tão arraigada e cristalizada socialmente que o teórico usa também uma forma estrutural positivista para analisar os enunciados.

No segundo momento, com a incorporação dos conceitos de formação discursiva e interdiscurso, há um deslocamento teórico em relação ao primeiro momento, passando a ser foco de estudo as relações entre as máquinas discursivas estruturais. A introdução do conceito de formação discursiva (FD) põe em xeque a noção de máquina estrutural

fechada, à medida que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu exterior; uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar. (PÊCHEUX 1997, p. 314). Nesse momento, a ideia de homogeneidade enunciativa é abandonada como resultado da interação cumulativa de momentos de análise linguística e discursiva. Essa postura permitiu o deslocamento da noção de constituição do discurso, que passou a ser concebido como constituído no entrecruzamento entre a estrutura e o acontecimento, como consequência da mudança de enfoque da estrutura para o acontecimento.

Na terceira fase, o teórico enfatiza que a heterogeneidade enunciativa é constitutiva do discurso; não há discurso único e nem puro; o outro aflora em todo discurso. (PÊCHEUX, 1995). O teórico afirma que o sujeito caracteriza-se por dois esquecimentos: no esquecimento um, o sujeito tem a ilusão de que é o criador absoluto do seu discurso, a origem do sentido, apagando tudo que remeta ao exterior de sua formação discursiva; no esquecimento dois, o sujeito tem a ilusão de que tudo que ele diz tem apenas um significado que será captado pelo seu interlocutor. Há o “esquecimento” de que o discurso caracteriza-se pela retomada do já dito, tendo o sujeito a “ilusão” de que sabe e controla tudo o que diz. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p.168-169).

Orlandi (2002) enfatiza que Pêcheux, ao fazer referência antipositivista a Nietzsche, afirma que todo fato já é uma interpretação, demonstrando que não temos a perspectiva de essência de um contato com o objeto ou com o outro sem mediação, seja ela qual for. Nessa visão, a linguagem não pode ser compreendida como um sistema significativo fechado, sem relação com o exterior, por isso deve ser compreendida a partir do contexto histórico-ideológico dos sujeitos que a produzem e que a interpretam, uma vez que todo enunciado é suscetível de tornar-se outro. (PÊCHEUX, 1983).

1.2 Trilogia: ideologia, sujeito e discurso

Ao entendermos que todo discurso é ideológico, visto que o sujeito sofre um processo de sujeição ideológica, que não está presente somente nas ideias, mas também

num conjunto de práticas e de rituais situados num conjunto de instituições concretas (ALTHUSSER, 1985), buscamos explicação em Pêcheux (1997) para a trilogia, ideologia, sujeito e discurso, uma vez que são bases da AD e conseqüentemente a esta proposta investigativa que ora se funda. Não há sujeito sem discurso e não há discurso sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, e esta se materializa no discurso e é assim que a língua faz sentido. (PÊCHEUX, 1997).

Ancorados no teórico mencionado, trazemos a ideologia para as condições materiais da vida social e, especialmente, ao discurso das mídias sobre as cotas, a fim de compreendermos os efeitos de sentido que são discursivamente apregoados por esses meios de comunicação.

Dessa forma, analisamos o discurso midiático não como uma simples transmissão de informação, mas como um processo comunicativo cujo sujeito é identificado ideologicamente pelo seu discurso. Para isso, apropriamo-nos das palavras de Orlandi (1999): todo discurso é tecido por fios ideológicos e marcado pelo momento social, cultural e econômico de um determinado povo num determinado lugar, ou seja: o sujeito não é o dono exclusivo do seu dizer, pois este é sempre atravessado por outros discursos.

1.3 Formação discursiva, formação ideológica, memória discursiva e paráfrase

Sujeito, discurso e sentido constituem-se dentro da formação discursiva. Mas o que é “formação discursiva”? Pêcheux (1997, p. 160) esclarece:

É aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). Pode-se afirmar então que as palavras, expressões, proposições e outros recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas, ou seja, os indivíduos são interpelados em sujeito de seu discurso pelas formações discursivas que representam na linguagem e através das formações ideológica que

lhes são correspondentes podendo mudar de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra.

Dessa forma, a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido, e o enunciado terá sentido no interior do discurso em que estiver constituído, dependendo da posição sujeito. A formação discursiva não é dissociada da formação ideológica, pois a primeira surge ancorada em uma ideologia, em determinado tempo e espaço. Ambas comportam o discurso que se faz presente no e para o sujeito. Para Pêcheux (1997), não há sujeito sem formação ideológica e esta não se reproduz de maneira geral, pois a ideologia é “regional”, pertence a cada grupo social. Assim, falar em formação ideológica (PÊCHEUX, 1997) é pensar no conjunto de valores que se materializam na sociedade, onde as ideias possuem forma e sentidos e estão relacionadas à época, classe social, antagonismos, entre outros fatores.

Pode-se dizer que a memória discursiva permite, na infinita rede de formulações e interpretações, o aparecimento, a transformação ou até mesmo a rejeição de enunciados que pertencem a formações discursivas oriundas de certo momento histórico. Assim, os sentidos são apreendidos pelo modo como os discursos se inscrevem na língua e na história, podendo significar e ressignificar por uma formação discursiva histórica e ideologicamente constituída, e não simplesmente pelo desejo do enunciador.

Então, a maneira como a mídia representa o negro em seu discurso e, conseqüentemente, a política de ação afirmativa é resultado de discursos inscritos na memória social, construídos historicamente. Consideram-se esses discursos, produzidos por sujeitos multiplicadores e, muitas vezes, formadores de opinião, como potencialmente fundadores. Os discursos fundadores são, como afirma Orlandi (2001), aqueles que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo de um país e, ao mesmo tempo em que instauram a possibilidade de novos discursos, podem também interferir na construção do cotidiano e na forma como se configuram as relações sociais e a memória.

Sobre a memória, assim nos ensina Pêcheux (1997, p. 52):

A memória discursiva seria aquilo que, em face de um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

A memória discursiva é revitalizada no meio social em cada espaço e em cada momento histórico ou econômico. Na busca de cristalizar, na memória discursiva do sujeito, efeitos de verdade, muitas vezes o discurso midiático faz recortes na história trazendo à tona discursos passados para confirmar ou desconstruir efeitos de verdade que circulam na sociedade. Nesse caso, há tensão e movências de sentidos discursivos a cada época. Assim, quando a mídia ou a sociedade retratam o negro e a política de ação afirmativa, automaticamente voltam ao passado para retratar o presente, mobilizando memórias discursivas já arraigadas na sociedade. Maingueneau (1993, p. 115), na esteira de Courtine, assim concebe a memória discursiva:

Toda formação discursiva é associada a uma memória discursiva que é constituída de formulações e reformulações. Essa memória discursiva não se confunde com memória psicológica de um indivíduo em particular, mas está num enunciado já inscrito na história. Então, memória discursiva é onde o sujeito ‘armazena’ e seleciona discursos disponíveis no repertório social, não é individual, pois necessita que alguém a revitalize, o que é novo pode ser velho ou vice-versa, ou seja, cada espaço social tem uma memória discursiva.

Aportamo-nos nesse enunciado para comentar sobre a irrupção de novos discursos, os quais surgem de discursos-fundadores. Nesse caso, como a AD conceituaria o discurso-fonte? A esse questionamento, buscamos resposta em Orlandi (1993, p. 24), para quem o discurso fundador é aquele que

instala as condições de formação dos outros, filiando-se a sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade.

Ancorados em Orlandi, entendemos então que o sujeito enunciador discursiviza pautado em outro(s) discurso(s), pois não há discurso único; há sempre discursos atravessados por outros discursos, uma vez que cada enunciação vem carregada de sentido. Ao se reportar discursivamente a um “acontecimento”, o sujeito enunciador está parafraseando algo que já foi dito ou que poderá ser dito.

De acordo com Fuchs (1982, p. 29), a paráfrase situa-se entre a “língua e o discurso”, excedendo o campo da linguística não somente pelo nível do sentido em que pode estabelecer a relação semântica em jogo, mas também pela tensão. Fuchs (1982, p. 30) ainda concebe que, quando o sujeito enunciador parafraseia, ele coloca em cena a “identidade do sentido” a partir de um “discurso-fonte”, o qual percorre a instância de todo sentido semântico em uma situação dada, em que o sentido do texto-fonte é sempre reconstrução: o sujeito parafraseador é produtor e decodificador do texto-fonte. Nesse sentido, Orlandi (1993) reafirma o discurso de Fuchs ao dizer que o fato do discurso se presentificar, permanecendo sempre como referência básica no imaginário constitutivo de certa sociedade, não significa que tenha um sentido eterno, mas que esse sentido desejado é propositalmente eternizado, podendo, em cada prática discursiva, produzir efeitos de sentidos e interpretações variadas de acordo com a condição de produção e posição sujeito que o profere, uma vez que para a AD a ideologia se materializa na linguagem.

1.4 Identidade: a representação do negro por meio do discurso midiático

A questão da identidade não é um dos objetos da Análise do Discurso e talvez nem da Linguística; pode-se dizer que diz respeito aos Estudos Culturais, à Antropologia, no entanto, enquanto discursividade, ela interessa para a Análise do Discurso e a esta pesquisa, uma vez que pretendemos investigar, também, por meio do discurso midiático, como o afrodescendente é representado e, conseqüentemente, como seu direito as cotas é (re) produzido e (re) significado pela mídia.

Ribeiro (1996 *apud* GUERRA, 2005, p. 16) afirma que os meios de comunicação são o lócus principal onde é realizado o trabalho sobre “representações sociais”, pois adquiriram um *status* institucional que os autoriza a interpretar e a (re) produzir sentidos sobre o social que são aceitos consensualmente pela sociedade. Por outro lado, não veiculam a memória pública inocentemente, à medida que possuem um mecanismo ideológico próprio.

Nesse caso, toma-se como referência Rodrigues (2007, p. 107-108), que procura fazer uma reflexão sobre identidade a partir da AD:

a identidade (com maior ou menor estabilidade) se constitui (surge em forma de negação, de afirmação, de oposição, de negociação, de resignificação, de divisão de espaço, de reivindicação) a partir das práticas de produção dos discursos, o que implica considerar necessariamente sua filiação a *espaços de discursividade* (Pêcheux, 2002, p. 52) na sua relação direta com a *memória discursiva* (Pêcheux, 1999, p. 56) pelo interdiscurso (Pêcheux, 1997, p. 163) e como um “furo”, no/do acontecimento, enquanto um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamento e de retomadas, de conflitos de regularização[...]. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos (idem, p. 56). Nesse sentido, a identidade não é algo estabilizado *ad infinitum*, mas sujeito aos movimentos políticos, culturais e ideológicos que imperam em determinados períodos históricos. [...]

Entendemos, com base em Rodrigues (2007), que a identidade é rápida e fluida, de modo que o sujeito pode ser identificado de várias formas, dependendo do momento histórico em que vive e de acordo com a interpelação ideológica que estiver em questão. Nesse sentido, ao representar o negro e o direito dele sobre as cotas, a mídia constrói, projeta e estabiliza identidades sociais, em processos já definidos histórica e culturalmente e, por meio dessa representação, novas identidades são constantemente afirmadas e reivindicadas.

Hall (2005) afirma que a identidade é uma celebração móvel que se forma e se transforma em relação às formas pelas quais somos representados e interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É com a concepção de saber e poder que o sujeito é “formatado”, e não podemos negar que nessa “formatação” a ideologia está presente, mesmo que inconscientemente. A identidade também é vista como uma prática discursiva que se insere em um processo de elaboração constante. Além disso,

corresponde a posicionamentos discursivos (HALL, 2005), isto é, identidade é uma produção sociodiscursiva. Sendo o discurso uma forma de ação, por meio dele as pessoas agem no mundo e sobre o mundo, representando-se e representando aqueles com quem interagem, produzindo significados sociais. (MOITA LOPES, 2002).

Assim Orlandi (1983, p. 19) assevera que o nosso dizer não é concebido como meio de divulgação de informação, mas sim “efeitos de sentido” entre os interlocutores – reforçando que o que faz os discursos funcionarem são as relações sociais (EAGLETON, 1997). Nesse sentido, a teórica compartilha do mesmo pensamento de Hall (2005), pois entendemos que ambos afirmam que o discurso é também marca identitária do sujeito, uma vez que ao enunciar-se ele deixa materializadas marcas de suas crenças, ideologias e tradições.

Silva (2000) discute a produção social da identidade e da diferença, argumentando que a identidade é aquilo que se é e a diferença, aquilo que o outro é. Nesse sentido, sem a diferença, a identidade perderia sua razão de ser, ou pelo menos aspectos de sua conceituação. Embora possa parecer tão natural, o autor defende que identidade e diferença são criações da linguagem, ou seja, são representações, pois é no universo social que a identidade e a diferença são reconhecidas e que sua definição discursiva e linguística “está sujeita a vetores de forças e relações de poder” (SILVA, 2000, p. 81).

Ao atribuir esse viés à questão da identidade e da diferença, de certa forma o teórico traz para debate as desigualdades sociais. Dessa forma, torna-se necessário evocar a identidade étnica ou racial para demarcar diferenças, pois, numa sociedade onde a supremacia é branca, ser branco é natural; não é étnico nem racial. O étnico e o racial entram em cena para classificar o outro, o diferente. Silva (2002, p. 91) afirma: “quem tem o poder de representar, tem o poder de definir identidades”.

Diante disso, torna-se fundamental questionarmos os sistemas de representação de identidades os quais estamos sujeitos. Para isso, defendemos que a igualdade de direitos e deveres entre negros e não negros não deva ser vista por equiparação apologizante a falsa idéia de democracia racial porque isso seria negar suas origens, mas sim pelo respeito a identidade étnica dessa gente, levando em consideração os anos em que a população negra viveu sob regime de escravidão.

1.5 Contribuições de pesquisas que abordam o mesmo tema sob outros olhares

Como âncora ao nosso trabalho, buscamos conhecimentos em pesquisas que abordam o assunto “cotas para negros” como acontecimento discursivo veiculado pelas mídias. Iniciamos apresentando o trabalho de Martins² (2011) *Ações afirmativas e cotas na mídia: a construção de fronteiras simbólica*. Essa pesquisa que considerou o discurso dos jornais impressos *O Globo*, *O Dia* e *Folha de São Paulo*. Além da investigação empírica, a autora trabalhou conceitos teóricos de autores como Muniz Sodré, Todorov e Jodelet. O principal resultado dessas análises foi a observação de que os atores sociais, jornalistas e não jornalistas, constroem o discurso das cotas como produção e recepção de verdade. Segundo a pesquisadora, as ações afirmativas foram motivadas pela luta do Movimento Negro, que, na transição do século XX para o XXI, trouxe à tona um amplo discurso, denunciando o mito da democracia racial. O diferencial da pesquisa de Martins em relação a outros trabalhos de temática semelhante é que vai além do dualismo de “contra” ou “a favor” das cotas.

O principal aspecto observado é a tensão que o tema promove e o discurso predominante nos veículos analisados. Segundo a pesquisadora, “a mídia polarizou muito mais o ‘contra’ e o ‘a favor’ do que aquilo que as cotas representam”. Para a pesquisadora, existe uma enorme ausência de debate nos artigos e colunas publicados. Ela afirma que há um discurso de “verdade”, com argumentos universalistas, a manutenção do racismo e a construção de relações de poder em que a postura da mídia aparece como um silêncio simbólico, traduz resistência à mudança, potencializa o discurso do “outro” e demoniza as cotas, excluindo seu caráter libertador. Dessa forma, a mídia constrói um discurso de negação, pelo esquecimento, e mantém o estereótipo ao dizer “não” à educação por meio de um “não” à mobilidade social. Assim, para a autora, a discriminação racial é

² Zilda Martins é doutoranda em Comunicação Social pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), e sua dissertação intitula-se *Ações afirmativas e cotas na mídia: a construção de fronteiras simbólicas*. Informação encontrada no sítio: <http://leccufrj.wordpress.com/tag/acoes-afirmativas-e-cotas-na-midia-a-construcao-de-fronteiras-simbolicas/> acesso em 02-09-2011

diferente da de classe, pois o negro é discriminado duplamente, porque é negro e porque é pobre. (MARTINS, 2011).

Pereira³ (2008), no artigo “O discurso sobre a política de cotas raciais no jornalismo online”, parte do pressuposto de que o jornalismo deve representar a diversidade de pensamentos da sociedade, por isso o objetivo de sua pesquisa foi de averiguar os sentidos construídos pela *Folha Online* e o pelo *Portal de Notícias da Globo*, ao abordarem a política de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. Por meio da análise de discurso, foram estudados textos publicados nesses jornais durante o ano de 2007. A análise revelou que predomina o discurso que vê as cotas como um ato de discriminação, uma vez que facilitam o acesso a certas camadas da sociedade às universidades, quando deveriam valorizar como critério principal o mérito. Esse posicionamento contrário às cotas ancora-se na alegação de que não faz sentido essa proposta no Brasil, uma vez que a história brasileira de mestiçagem inviabiliza qualquer juízo que se faz adotando como critério a diferença de cor. Outro argumento é o de que essa política é inconstitucional porque vai contra o princípio da igualdade defendida pela constituição. Posicionando-se contra as cotas raciais, o pesquisador afirma que há o discurso de que se deveria investir mais na educação aumentando as vagas. Tal investimento, conseqüente e naturalmente, promoveria a integração dessa parcela da população à sociedade. Em última instância, esse discurso prega que, se forem necessárias as cotas, que sejam definidas por critérios socioeconômicos.

Sales (2006)⁴, em seu artigo intitulado “As insustentáveis levezas dos discursos da mídia no Brasil: representações sobre ação afirmativa e universidade”, analisou editoriais e artigos de opinião, publicados pelo jornal *O Globo* entre 2000 e 2006, sobre políticas de ação afirmativa, em especial as cotas ou reservas de vagas em universidades públicas para afrodescendentes e para alunos oriundos de escolas públicas. Esse estudo visou identificar e categorizar diferentes vozes e linhas de argumentação apresentadas no debate sobre as cotas pelo jornal *O Globo*, como também especificar a posição

³ Elídio Medina Pereira é pesquisador da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Seu artigo foi publicado na revista *Fronteiras* - estudos midiáticos, volume X, Nº 3, e está disponível no sítio: http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_frenteiras/vol10n3/173a182_art04_pereira.pdf acesso em 20-09-2011.

⁴ Sandra Regina Sales é pesquisadora da UFRJ. (Universidade Federal do Rio de Janeiro) O trabalho está disponível no sítio: <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT16-5812--Int.pdf> acesso em 18-10-2011.

assumida pelo jornal, que se constitui em um importante ator político, não apenas no Rio de Janeiro, mas em todo o país. A pesquisadora constatou que a implementação dessas políticas encontra dificuldades e se realiza em meio a grandes polêmicas, particularmente na definição dos grupos a serem beneficiados. As controvérsias em torno das políticas de ações afirmativas, por um lado, refletem um conflito complexo e multifacetado, que envolve fundamentalmente a distribuição social de um bem desejado, neste caso o acesso à universidade; por outro, expressam dificuldades históricas, políticas e sociais que envolvem discussão sobre raça e racismo no Brasil e sobre as percepções que os brasileiros têm sobre sua própria identidade racial. Foi notado pela pesquisadora que, para muitos, inclusive pesquisadores, há uma tendência a ver “as conspirações da mídia”. Segundo Sales, é mister reconhecer, entretanto, que, mesmo entre as mais articuladas vozes contra as cotas, houve espaço para perspectivas e alternativas. Apesar dos problemas e limitações inerentes às referidas políticas, estas, e em especial as cotas, cumprem o objetivo de promover o acesso à universidade de um número maior de afrodescendentes.

Rodrigues (2010)⁵ considera que a discursividade sobre a identidade do brasileiro encontrou um espaço de materialização significativo no debate sobre as cotas para negros nas universidades públicas. De alguma forma, as políticas de reparação histórica estão vinculadas à questão da identidade ou da identificação do seu “beneficiário”, no caso, o negro. O pesquisador afirma que, dentre os discursos que compõem a polêmica da negação, há o discurso que marca a posição de sujeito virtual, ou seja: outras posições-sujeito, não a do negro, são convocadas a participar das políticas de reparação para inviabilizar a própria reparação. Nesse caso, ele assegura que há outros dois discursos que constituem essa polêmica: o discurso de “modelo americano” e o de “falar em nome do outro”. Assim, segundo Rodrigues, considerando que as cotas são um tipo de discurso da ordem do político e das relações históricas e sociais, inscritos na agenda de demanda nacional, pode-se dizer que elas encontram forte resistência para significar enquanto um discurso de reparação histórica pela escravidão dos povos africanos. Dessa forma, o efeito de sentido produz-se não apenas

⁵ Pesquisador Marlon Leal Rodrigues da UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) e UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul). Informação retirada do artigo “Alguns sentidos possíveis sobre as cotas para negros”, encontrado no sítio: http://www.unigran.br/revistas/interletras/ed_anteriores/n10/edicao/vol10/artigos/15.pdf. Acesso em 31-10-2011.

pela negação da identidade, da igualdade, mas como se não tivesse ocorrido a escravidão ou como se esta fosse um acontecimento irrelevante historicamente. Nesse sentido, ao considerar a dispersão dos discursos, dos sujeitos e dos enunciados, o autor afirma que é possível inferir, entre outras questões, que as cotas põem em cena não só a questão da reparação histórica, o racismo travestido de preconceito, e certa passividade do negro, mas, sobretudo, que ela se inscreve na reivindicação de um espaço social que se constituiu em algo de valor significativo e contraditório, ao mesmo tempo, para a classe média e para uma boa parcela da elite brasileira.

Cruz⁶ (2011) pretendeu, em sua pesquisa, compreender o processo de adoção da política de cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), assim como as tensões discursivas dentro e fora da universidade, em especial os debates que aconteciam nos meios de comunicação principalmente nos jornais impresso de grande circulação do país como *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. Para realização dessa pesquisa, ela fez recorte temporal no período entre 2001 e 2004, momento em que ocorreu uma maior proliferação de notícias relacionadas à adoção de cotas nas universidades públicas. Para a autora, a potenciação da questão aconteceu no momento em que a UERJ adotou a Lei n° 3524, em 28 de dezembro de 2000, que destina cotas para estudantes da rede pública. No ano seguinte, entrou em vigor a Lei n° 3708, de 09 de novembro de 2001, que implementa cotas raciais.

Assim, segundo Cruz, surge a necessidade de compreender o papel desempenhado pela imprensa, pois, apesar de a mídia pretensamente veicular uma imagem de neutralidade nas matérias, constata-se, por meio de uma leitura mais profunda e analítica, que os jornais têm-se posicionado ideologicamente a respeito das cotas nas universidades. Além de noticiarem as questões relacionadas às cotas raciais, as mídias veiculam publicidade e formam opiniões. O *Jornal Folha de S. Paulo* e *O Globo*, confirma a autora, publicaram diversos artigos posicionando-se de maneira contrária à proposta de cotas para os negros, usando discursos alarmantes sobre o assunto, os quais provocaram sentidos estereotipados em relação à adoção das cotas. Dessa forma, os discursos propagados ora afirmam que as cotas raciais são

⁶ Andréia Gomes da Cruz pesquisadora da UFF (Universidade Federal Fluminense)
Artigo encontrado no sítio:
[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/Jornada%20Eixo%202011/Impasses%20e%20Desafios%20das%20Políticas%](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/Jornada%20Eixo%202011/Impasses%20e%20Desafios%20das%20Políticas%20). Acesso em 01-11-2011

constitucionais, ora que são inconstitucionais; ora que são compensatórias, ora antidemocráticas, mas um dos discursos mais recorrentes é que as cotas vão celebrar divisões raciais, rompendo com a ideia de sermos um país multirracial.

Nesse sentido, diz a pesquisadora que o conceito de democracia racial tem sido utilizado para deslegitimar a adoção de políticas particularistas: se a mestiçagem garante a integração de todas as raças, a raça não teria proeminência no que diz respeito à mobilidade social. Esse mito, além de ter fincado raízes em nosso país, tem a função de criar uma sociedade multirracial sem discriminação. Apesar de sermos um país miscigenado, a ideologia contida no discurso da miscigenação tem sido utilizada para deslegitimar a adoção das cotas raciais.

Cruz considera ainda que a querela em relação às cotas em nossa sociedade deve-se em especial ao fato de a política ter sido direcionada aos negros, o que suscitou debates acalorados entre favoráveis e contrários. Se, num primeiro momento, esse debate aconteceu dentro das próprias instituições, atualmente o debate vem sendo realizado nos jornais. Paralelamente a essas questões, ela destaca a importância de compreender que os textos publicados na mídia impressa, em especial nos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, contribuíram significativamente para que a Lei nº 3708, de 09 de novembro de 2001, fosse reformulada e transformada na Lei nº 4151, de 04 de setembro de 2003. A justificativa principal para tal mudança é que havia uma sobreposição de leis, de que resultou a diminuição do percentual para negros, estudantes de escola pública, e a sobreposição de classe à questão racial.

Em artigo intitulado “Interdiscurso e produção de identidade social: as cotas para negros no discurso midiático, Silva e Serafim⁷ abordaram o sistema de cotas para a inserção do estudante negro em algumas universidades públicas brasileiras. Para eles, o assunto obteve maior publicização em meados de 2001 e, desde então, assiste-se a diversos fóruns promovidos por meios de comunicação massivos, como a televisão. Em busca de respostas para a indagação “Que influências as ações do mercado e principalmente da mídia teriam na constituição de sujeitos contemporâneos?”, eles exploraram alguns enunciados publicados na mídia impressa de circulação nacional,

⁷ Marluce Pereira da Silva e Cássio Eduardo Rodrigues Serafim são pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Artigo encontrado no sítio <http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/interdiscurso/silvaserafim.pdf>, acesso em 03-11-2011

sobretudo jornais e revistas que abordavam a questão de cotas para o ingresso de estudantes negros em universidades brasileiras. Analisaram, de forma ainda introdutória, efeitos de sentidos possíveis em torno da temática, apontando interdiscursos que influenciam o modo como os textos elaboram identidades concernentes à população negra, pois, segundo eles, é evidente o papel da mídia para determinar modos de agir e de ver o mundo, para influenciar consideravelmente o processo de construção de subjetividades e identidades contemporâneas.

Nesse processo de produção de subjetividades, um elemento central é o discurso, concebido como uma prática realizada por indivíduos que, por meio dele, se constituem em sujeitos, agindo sobre si e sobre aqueles com quem interagem, construindo a realidade social em que se inserem. Assim, os pesquisadores afirmaram que a identidade social não está separada do discurso, uma vez que é na produção de significados por meio da linguagem que a realidade é construída, as suas instituições legitimadas, bem como os objetos materiais e os sentimentos. A linguagem é concebida como algo que não se limita às estruturas linguísticas, como algo que se insere num permanente processo de criação de sentidos e significados, que agem sobre as pessoas, sobre os seus comportamentos, sobre os seus corpos. Logo, identidade é vista como prática, como algo que se insere em um processo de elaboração constante. Cada instituição social exige certos posicionamentos identitários por parte dos indivíduos que vivem em seu interior ou que transitam por ele.

Pautados nas informações extraídas dos trabalhos acadêmicos mencionados, refletimos, em nossa pesquisa, sobre os debates e sentidos atribuídos às cotas, uma vez que cada sujeito enunciador enuncia sob uma ideologia irrompida numa condição de produção determinada.

CAPÍTULO II:

RACISMO E HISTORICIDADE

Sabemos que não é possível falar do presente, no caso a insurgência do discurso midiático sobre as cotas para inserção do negro nas universidades públicas do Brasil, sem buscar no passado a história desse povo, uma vez que precisamos conhecer o “ontem” para compreender o “hoje”, pois o dizer é fabricado pelas noções, conceitos, temas e ideologia de certo momento histórico, inscrevendo-se na memória coletiva da sociedade e produzindo “vontades de verdade”.

Partimos da premissa de que a sociedade vem (re) produzindo as desigualdades ao longo dos séculos, com ampla participação da população, quer intencional, quer inconscientemente, seja por meio de ações discriminatórias, seja pela omissão ante as práticas discriminatórias, seja por meio de discursos pré-construídos historicamente. Dessa forma, torna-se necessário refletirmos sobre os valores, crenças e condutas para investigar a origem do preconceito racial e, conseqüentemente, a desigualdade social em que vive a população negra no contexto atual brasileiro, na tentativa de compreendermos por que o discurso sobre as cotas é gerador de tanta polêmica. Buscamos, na história, a origem do discurso-fonte em que o negro é tido como raça inferior e, por isso, tem sido vítima de exploração e exclusão social.

Para falar sobre o racismo, recorreremos à etimologia, como também ao conceito da palavra. Assim, temos: *racismo* surgiu⁸ de dois termos: *raça* e *ismo*, sendo *raça* a palavra mestre, pois, para entender o significado de “racismo”, é necessária a compreensão do que seja “raça”: de origem latina, *ratio* significa ‘espécie’. Segundo o dicionário *Globo* (1996), “raça” como substantivo feminino que designa o ‘conjunto de ascendentes e descendentes, linhagem, estirpe, geração, grupo de indivíduos pertencentes a um tronco comum’. Quanto ao sufixo “ismo”, do latim *ismus*, durante os

⁸ Informações obtidas no sítio:

http://www.notapositiva.com/trab_estudantes/trab_estudantes/filosofia/10racismxenofchauv.htm acesso

10/11/2011

séculos XIX e XX, seu uso se disseminou para designar movimentos sociais, ideológicos, políticos, opinativos, religiosos e personativos, por meio dos nomes próprios representativos, ou de nomes locativos de origem. (HOUAISS, 2007). Então, entendemos que racismo é uma ação humana afirmadora de superioridade de um sujeito ou grupo em relação a outro em decorrência da etnia. Essa atitude assenta-se na defesa daqueles que se consideram “raça superior”, com o direito de dominar ou mesmo reprimir as “raças inferiores”.

2.1 Origem do discurso da superioridade/inferioridade das “raças”

Conta-se a história, segundo Bento (1998), de que na Grécia antiga, parte dos gregos se deliciava com as artes, a política, o treinamento militar, as ciências e a filosofia. Outra parte, uma enorme legião de não gregos, tidos como bárbaros, era designada ao trabalho pesado. Como justificar tal esquema baseado na escravidão?

Dois gregos notáveis apresentaram explicações para “justificar” um sistema essencialmente injusto. Aristóteles dizia que havia homens, por natureza, predestinados a ser livres e a comandar; outros, a ser escravos e comandados. Platão afirmava que, aos jovens mais valentes e melhores, além de outras honras e recompensas, seria permitida maior variedade de uniões, porque pais dessa natureza deveriam ter o maior número de filhos possível. Séculos depois, essa ideia de diferenças naturais entre homens ressurgiu na Europa. Em 1859, o biólogo Charles Darwin publicou *A origem das espécies*, a partir de estudos realizados em plantas e animais, e desenvolveu a teoria da seleção natural: na natureza, sobrevivem e dominam espécies mais fortes. Com base nos estudos darwinianos, pensadores como o francês Joseph-Auguste de Gobineau, o alemão Richard Wagner e o inglês Houston Stewart Chamberlain utilizaram a teoria da seleção natural, dentre outros argumentos, para explicar a sociedade humana. Eles concluíram então que alguns grupos humanos eram fortes e outros fracos. Os fortes teriam herdado certas características que os tornavam superiores e os autorizavam a comandar e explorar outros povos, enquanto os fracos teriam outras características que os tornavam naturalmente inferiores e, por isso, predestinados a ser comandados.

Desse modo, diferenças de tipo físico passaram a ser utilizadas para classificar seres humanos; passaram a ser relacionadas a diferenças intelectuais e morais, dando origem à ideia de raça. Surgia a fórmula básica do racismo: portadores de pele escura (os negros e os não europeus), raça inferior; portadores de pele alva (brancos), raça superior. O negro era caracterizado como preguiçoso, indolente, incapaz de raciocinar; o branco, como empreendedor, disciplinado, inteligente. Por se acharem superiores, os europeus se deram o direito de explorar aqueles que consideravam inferiores. Justificava-se assim o domínio colonial e a exploração do europeu sobre outros povos. Desvantagens sociais, políticas, econômicas e culturais passaram a ser atribuídas a desigualdades inatas entre os homens. Para os europeus, determinados grupos tinham características que os habilitavam apenas para serem explorados.

Baseando-se nas ideias raciais, em 1908 o inglês Francis Galton fundou, em Londres, a Sociedade de Educação Eugênica, visando defender a manutenção da pureza das raças, a chamada eugenia. Ele buscava a necessidade de a raça branca manter-se pura, sem mistura. Por isso, desenvolveu essa “ciência”, que teve como foco aperfeiçoar a espécie humana com o auxílio da genética. Galton adaptou a ideia de seleção natural à seleção voluntária, designando uma camada de seres, que, por ele, foram considerados inferiores, já que, em sua teoria, cultura e conhecimento não eram fatores ambientais, porém fatores genéticos. Usando o trabalho de Georges Cuvier⁹, de maneira adaptada, ele pôde afirmar que a livre escolha para reprodução entre seres inferiores jamais beneficiaria a evolução da raça humana; esses seres eram vistos como um empecilho ao funcionamento do aprimoramento da raça humana. Com a divulgação dessa ideia, os “meros humanos” foram transformados em nada mais do que um mecanismo de aprimoramento da raça a serviço de um ideal de perfeição que era determinado por poucos. (BENTO, 1998, p.26)

A matéria “Eugenia” foi introduzida na Universidade de Londres e, logo após a fundação da Sociedade Eugênica Inglesa, serviu de base para a criação da Sociedade Eugênica Americana, em 1926. Pregando a superioridade dos germânicos sobre todos, inclusive outros povos caucasianos, o movimento eugenista era baseado na melhoria da

⁹ Georges Cuvier trabalhava com a teoria Naturalista. Esta parte do princípio da observação fiel da realidade e da experiência para mostrar que o indivíduo é determinado pelo ambiente e pela hereditariedade. Dessa forma o seu comportamento é fruto do meio em que vive e sobre o qual age. Informação obtida no sítio: http://pt.wikipedia.org/wiki/Georges_Cuvier, acesso em 28-10-2011

raça humana por cruzamento, com a finalidade de gerar a espécie perfeita. Nessa teoria, não existia espaço para pessoas consideradas de raça inferior. Quando a aceitação dessa tese saiu do âmbito da elite científica, o eugenismo foi dividido em positivo (favorecimento das raças superiores) e negativo (desaparecimento das raças inferiores). Cabia à alta sociedade e a membros da aristocracia, determinar quem eram os humanos inferiores, que eram geralmente parte do povo trabalhador e comum. As pessoas no poder também tinham o direito de decidir se eles seriam retirados da sociedade ou mantidos em um regime de vigilância para evitar a reprodução de seres inferiores desnecessariamente. Tempos depois, Alfred Rosenberg publicou, em 1930, *O Mito do Século XX*, obra que seguia o pensamento da pureza da raça branca. Em 1934, Adolf Hitler, com o mesmo ideal, publicou *A Minha Luta* (BOBBIO, 1975). Entre os resultados práticos dessas ideias de raças superiores e inferiores, está o extermínio de seis milhões de judeus pelos alemães nazistas. (BENTO, 1998)

Ressalta-se aqui também o *apartheid*¹⁰, que foi um dos regimes de discriminação mais cruéis no mundo. Ele aconteceu na África do Sul de 1948 até 1990 e, durante todo esse tempo, esteve ligado à política do país. A antiga Constituição sul-africana incluía artigos em que era clara a discriminação racial entre os cidadãos, mesmo os negros sendo a maioria na população. Em 1487, quando o navegador português Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança, os europeus chegaram à região da África do Sul. Nos anos seguintes, a região foi povoada por holandeses, franceses, ingleses e alemães. Os descendentes dessa minoria branca começaram a criar leis, no começo do século XX, que garantiam o seu poder sobre a população negra. Essa política de segregação racial, o *apartheid*, ganhou força e foi oficializada em 1948, quando o Partido Nacional, dos brancos, assumiu o poder.

O *apartheid* atingia a habitação, o emprego, a educação e os serviços públicos, pois os negros não podiam ser proprietários de terras, não tinham direito de participação na política e eram obrigados a viver em zonas residenciais separadas das zonas dos brancos. Os casamentos e relações sexuais entre pessoas de raças diferentes eram ilegais. Os negros geralmente trabalhavam nas minas, comandados por capatazes brancos e viviam em guetos miseráveis.

¹⁰ Informações obtidas no sítio: <http://www.colegioweb.com.br/historia/o-apartheid.html> acesso dia 04/04/2011

Para lutar contra essas injustiças, os negros acionaram o Congresso Nacional Africano, uma organização negra clandestina, que tinha como líder Nelson Mandela. Após o Massacre de Sharpeville¹¹, o Congresso Nacional Africano optou pela luta armada contra o governo branco, o que fez que Nelson Mandela fosse preso em 1962 e condenado à prisão perpétua. A partir daí, o *apartheid* tornou-se ainda mais forte e violento, chegando ao ponto de definir territórios tribais chamados bantustões, regiões onde os negros eram distribuídos em grupos e ficavam amontoados.

Com o fim do império português na África, em 1975, lentamente começaram os avanços para acabar com a segregação. A comunidade internacional e a Organização das Nações Unidas (ONU) faziam pressão pelo fim da segregação racial. Em 1991, o então presidente Frederick de Klerk condenou oficialmente o *apartheid* e libertou líderes políticos, entre eles Nelson Mandela. A partir daí, vieram outras conquistas: o Congresso Nacional Africano foi legalizado e De Klerk e Mandela receberam o Prêmio Nobel da Paz em 1993. Assim, uma nova Constituição não racial passou a vigorar, e os negros adquiriram direito ao voto, sendo realizadas, em 1994, as primeiras eleições multirraciais na África do Sul e Nelson Mandela tornou-se presidente do país e o regime de segregação racial sul-africano, iniciado em 1948, terminaria.

Embora oficialmente extinto, esse regime deixou uma pesada herança no país, ainda marcado pelo "*apartheid* social". O padrão de vida é bastante desigual quando se trata de brancos e negros, e as taxas de criminalidade e de violência política continuam altas entre os negros.

Nota-se que a ideologia racial nasceu no exato momento em que os europeus necessitavam de justificativas para exploração de povos diferentes. Para Quijano *apud* Santos (2009) a ideia de raça é o mais eficaz instrumento de dominação social inventado nos últimos 500 anos. Produzida no início da formação da América e do capitalismo, na passagem do século XV ao XVI, nos séculos seguintes foi imposta sobre toda a

¹¹ O ocorreu no dia 21 de março de 1960, na cidade de Sharpeville, cidade negra, na província de Gauteng, na África do Sul. Um protesto, realizado pelo Congresso Pan-Africano (PAC), o qual pregava contra a Lei do Passe, que obrigava os negros da África do Sul a usarem uma caderneta onde estava escrito o lugar em que eles podiam ir. Cerca de cinco mil manifestantes reuniram-se em e marcharam calmamente, num protesto pacífico. A polícia sul-africana conteve o protesto com rajadas de metralhadora. Morreram 69 pessoas, e cerca de 180 ficaram feridas. Informações encontradas no sítio: http://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_de_Sharpeville acesso em 17-09-2011.

população do planeta como parte da dominação colonial da Europa. O teórico afirma ainda que:

admissão universal de que raça é um fenômeno da biologia humana radica a excepcional eficácia da dominação social; trata-se de um evidente constructo ideológico que não tem nada a ver com estrutura biológica da espécie humana, mas sim com a história das relações de poder no capitalismo mundial, colonial/moderno, eurocentrado. (QUIJANO *apud* SANTOS, 2009, p. 45)

Assim, entendemos que o discurso fundador “raça superior” está ligado a fatores ideológicos de relações de poder em que o sujeito se apropria de um discurso construído historicamente para impor seu domínio sobre outro, negando-lhe condições favoráveis para que este ascenda socioeconomicamente. Nesse sentido, essa ideologia vai se perpassando de geração a geração, pois é a marca do sistema capitalista, em que se vê a superioridade de uma nação ou de um indivíduo de acordo com aquilo que ele representa economicamente. Nesse caso, o negro será visto como inferior, uma vez que têm sido negadas a ele, ao longo da história, condições dignas de vida e, conseqüentemente, a ascensão social.

2.2 Das teorias raciais à legislação: o caso do Brasil

No Brasil, não foi diferente; as teorias raciais chegaram da Europa para cá atrasadas, mas, mesmo assim, foram aplaudidas pela elite que ocupava o poder, pois acreditava também que a raça branca era superior. Houve, no entanto, uma grande incoerência: enquanto a elite brasileira desejava apresentar o Brasil como um país branco, sua população era majoritariamente negra. Segundo Bento (1998), em 1872 o censo indicava que 55% da população eram negros. Então, surgia o seguinte questionamento: como construir um projeto de nação “respeitável” num país com tantos negros?

Em resposta, o Estado brasileiro deu início a uma política de embranquecimento, incentivando a vinda de muitos imigrantes europeus e asiáticos ao Brasil a fim de estimular a miscigenação. A partir de 1869, nas assembleias legislativas de todo o país, começaram a surgir discursos que exaltavam a mão de obra branca como ideal para substituir o trabalhador escravo e liberto. O deputado Bento de Paula Souza¹², que não queria nem africanos nem chineses, assim discursou:

Não são, por exemplo, africanos novos que se quer trazer, não são *coolies*, chineses, raça já abatida e velha que pode inocular vícios de civilização estragada, ao contrário é uma nação vigorosa que tem uma civilização sua, uma política toda do país, e que seria um acerto se adotássemos.

Na mesma linha de pensamento, tem-se o discurso do deputado Paulo de Souza¹³:

Nós queremos os americanos como paulistas novos, como paulistas adotivos, homens prestimosos, que escolham a província como sua nova pátria, e queremos os alemães como trabalhadores, como homens produtivos e que venham aqui habitar. Tanto uns como outros, os recebemos com o mesmo entusiasmo.

As doutrinas racistas, tão influentes à época, dotaram de objetividade e caráter científico o mito da superioridade do branco europeu e, paradoxalmente, reforçaram a influência do colonizador na mentalidade de uma nação que pretendia ver-se livre de sua herança colonial. Diante desse impasse lógico, o meio encontrado para expurgar tal herança foi eliminar os vestígios da escravidão, entretanto isso não se daria a partir da supressão das instituições coloniais e da estrutura de poder daquele período; ao contrário, ocorreria a partir da eliminação da presença negra no país, a qual seria possibilitada pelo caldeamento racial, que tornaria a composição étnica brasileira cada vez mais branca. Esse projeto, denominado “doutrina do branqueamento”, encontrou em João Batista de Lacerda seu principal idealizador. Segundo esse antropólogo, influenciado pela genética lamarckista e pelo racismo científico, caso houvesse o

¹² Em Célia M.M. de Azevedo. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites-século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p.145.

¹³ Idem à referência 8

ingresso constante de imigrantes brancos, no período de cem anos o Brasil se tornaria uma nação branca. (cf. SEYFERTH, 1985).

Assim, como forma de acelerar o processo de branqueamento da população, os primeiros imigrantes trazidos tinham origem germânica. Bento (1998) afirma que, entre 1871 e 1920, cerca de 3 390 000 imigrantes chegaram ao Brasil, dos quais 1 373 000 eram italianos; 901 mil, portugueses; 500 mil, espanhóis. Vale lembrar que esse número aproximava-se dos cerca de 4 milhões de africanos trazidos ao Brasil entre 1520 e 1850.

É visivelmente a exclusão social do negro, uma vez que os imigrantes que para cá vieram traziam como experiência de trabalho as atividades rurais, as mesmas dos ex-trabalhadores escravos, porém as novas oportunidades estavam reservadas aos brancos tidos como raça superior.

No período colonial o escravo foi o principal produtor de riquezas do Brasil durante quase quatro séculos, uma vez que todo serviço era feito por negros, desde os domésticos aos do campo como a extração do ouro, a produção do açúcar, do algodão, do pau-brasil, do tabaco, do algodão, do arroz, do café, no entanto não recebeu nenhum tipo de indenização, foi excluído da nova ordem que se instaurou a partir de 1888. Mais que isso, a partir desse momento, passou a ser associado a problemas de saúde pública e criminalidade e a ser considerado preguiçoso e indolente. (BENTO, 1998)

Nesse contexto brasileiro de exclusão social do negro, em 1988, no ano do centenário da Abolição da Escravatura, foi promulgada a nova Constituição da República Federativa do Brasil. Nela, em decorrência das lutas pelos direitos civis dos negros, ficou consagrado, no artigo 5º do Título II – Dos direitos e garantias fundamentais -, Capítulo I - Dos direitos e deveres individuais e coletivos – que “Todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. No inciso XLII desse mesmo artigo, determina-se: “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. (BRASIL, 1988).

A regulamentação desse inciso veio em seguida pela Lei nº 7716, de 5 de janeiro de 1989, modificada pela Lei 008882, de 3 de junho de 1994, e novamente modificada em 13 de maio de 1997, pela Lei nº 9459, que acrescentou, ao Artigo 140 do Código Penal, o crime de injúria por utilização de "elementos referentes a raça, cor, etnia,

religião ou origem", estabelecendo pena de "reclusão de um a três anos e multa" (BRASIL, 2008, p.81).

Legitimados ou não, os discursos acerca da igualdade entre os homens não é novo. Sua origem está no discurso religioso, que o confirma, e tem percorrido a História, que, ao reivindicá-lo, pressupõe sua não existência, como se materializa no lema da Revolução Francesa de 1789, "Liberdade, igualdade e fraternidade".

Mais recentemente, o texto do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH – instituído pelo Decreto nº1904, de 13 de maio de 1996, tem como um de seus objetivos, “a redução de condutas e atos de violência, intolerância e discriminação, com reflexos na diminuição das desigualdades sociais” (Art. 2º, V). O mesmo PNDH traz, no anexo I, Propostas de Ações Governamentais, uma das quais é destinada aos afrodescendentes, de que destacamos alguns itens:

191. Adotar no âmbito da União, e estimular a adoção, pelos estados e municípios, de medidas de caráter compensatório que visem à eliminação da discriminação racial e a promoção à igualdade de oportunidades, tais como: ampliação do acesso dos afrodescendentes às universidades públicas, aos cursos profissionalizantes, às áreas de tecnologia de ponta, aos cargos e empregos públicos, inclusive cargos em comissão, de forma proporcional a sua representação no conjunto da sociedade brasileira;

193. Estudar a viabilidade da criação de fundos de reparação social destinados a financiar políticas de ação afirmativa e de promoção da igualdade de oportunidades;

241. Apoiar o processo de revisão dos livros didáticos de modo a resgatar a história e a contribuição dos afrodescendentes para a construção da identidade nacional;

215. Promover um ensino fundado na tolerância, na paz e no respeito à diferença, que contemple a diversidade cultural do país, incluindo o ensino sobre cultura e história dos afrodescendentes.

Nos fragmentos expostos, fica claro que a igualdade é um direito básico e constitucional, portanto qualquer cidadão que não cumprir esse dispositivo ou princípio básico está infringindo a lei, podendo até mesmo responder civil e criminalmente pelos seus atos discriminatórios. Ao fazer-se a lei, “admite-se” a existência do crime e, pois, reconhece-se a desigualdade. Assim, as políticas de ação afirmativa vêm configurar-se

como escudo, uma proteção, e, nesse sentido, acabam por reafirmar o que querem negar. O objetivo é fazer que um número expressivo de negros adentre os portões das universidades públicas e lá façam valer sua vez e sua voz, que há mais de cinco séculos tem sido calada por um grupo considerado opressor.

Os documentos oficiais trazem um discurso perpassado por outros discursos sobre a (des) igualdade e por silêncios, cuja identificação e análise são nossa meta, procurando esclarecer como estes se representam ou significam na mídia.

Com a regulamentação dessas leis, camuflou-se, de certa forma, o racismo, surgindo o mito da democracia racial, porém a população negra continua ainda à margem da sociedade, pois o escravismo colonial deixou a essa gente um legado perverso que até hoje é possível observar: fome, miséria, desemprego, subemprego e as dificuldades no acesso aos sistemas de saúde, educação, entre outros.

Guimarães (2001) explica que o mito da democracia racial foi desenvolvido nos anos de 1920 e 1930, quando se tentava superar o trauma da escravidão negra, incorporando, de modo positivo, os afrodescendentes ao imaginário nacional. Naquele momento, o país passava por transformação social e econômica e era preciso mostrar ao mundo uma identidade totalmente nossa, fosse nas artes plásticas, na literatura, fosse na fala, como também nos costumes, crenças e características físicas do povo brasileiro. Emerge, dessa forma, a figura do mestiço, que Mário de Andrade representaria em sua obra *Macunaíma*. No romance, o índio, o negro e o europeu são figuras que compõem a família do “herói sem nenhum caráter”: Macunaíma, representante do povo brasileiro, descendeu dessas três etnias.

O início do século XX foi marcado pela exaltação ao mestiço ou à miscigenação, sobretudo por Gilberto Freyre¹⁴, a quem se pode atribuir o conceito de democracia racial, uma vez que, na obra *Casa Grande & Senzala*, ele coloca a escravidão para fora da simples ótica da dominação. A condição do escravo, nessa obra, é historicamente articulada com relatos segundo os quais os escravos vivem situações diferentes do trabalho compulsório nas casas e lavouras. De fato, muitos escravos viveram situações em que desfrutavam de certo conforto material ou ocupavam posições de confiança e prestígio na hierarquia da sociedade colonial, no entanto a miscigenação não exclui os

¹⁴ Informações obtidas no sítio: <http://www.brasilecola.com/historia/democracia-racial.htm> acesso 18-10-2011

preconceitos. É tão provado que o racismo no Brasil existe que a constituição coloca a discriminação racial como um crime inafiançável. E não podemos deixar de lembrar aqui que um número mínimo de negros ocupa, no Brasil, lugares nas universidades.

Então, como forma de correção a essa disparidade social em que vive a população negra, buscou-se a implementação das Políticas de Ações Afirmativas, que são um conjunto de políticas públicas emergenciais destinadas a proteger minorias ou grupos sociais em posição de inferioridade, carecendo de proteção por terem sido discriminados no passado. Esse modelo foi buscado nos EUA dos anos 1960, e, mais recentemente, no governo de Nelson Mandela, na África do Sul.

Com isso, opera-se uma mudança importante no paradigma clássico dos estudos e dos movimentos negros no Brasil, embora ela própria seja decorrente das grandes transformações que, na economia, na política e na cultura, o mundo contemporâneo passa a conhecer, sobretudo a partir de 1989, com a queda do muro de Berlim e a consolidação do fenômeno da globalização em todos os setores da vida social. Deixa-se de lado o ideal do Brasil mestiço para proceder a ações pelo reconhecimento étnico-racial dos negros, no entanto, mesmo com o direito de igualdade assegurado por lei, Piovan (2005)¹⁵ diz ser necessário ainda reconhecer que a complexa realidade brasileira traduz um alarmante quadro de exclusão social e discriminação que compõem um ciclo, em que a exclusão implica discriminação e a discriminação implica exclusão.

Nesse sentido, entendemos que não basta assegurar a igualdade proibindo a discriminação mediante legislação repressiva. Antes de tudo, são essenciais estratégias promocionais capazes de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais, pois o que ocorre até hoje, na história discriminatória do povo negro no Brasil e no mundo, tem a ver com as situações apontadas, ou seja: o discurso fundador predominante de que há raça superior e inferior. Dessa forma, é notória a exclusão social dessa gente, uma vez que os 350 anos de escravidão deixaram

¹⁵ Flávia Piovan é pesquisadora do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O artigo “Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos” foi apresentado na Conferência Internacional sobre Ação Afirmativa e Direitos Humanos, no Rio de Janeiro, em 16 e 17 de julho de 2004.

<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0435124.pdf> acesso 19/10/2011

marcas profundas, que o país ainda não conseguiu corrigir. Por mais que lhes seja assegurado o direito de igualdade, ainda lhes é negado o direito à equidade.

Piovan (2005) lembra que a função primordial de uma sociedade democrática é assegurar, a qualquer cidadão, o direito à igualdade, oferecendo-lhe condições de equidade, já que, em última análise, a democracia significa a igualdade no exercício dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Então, a busca democrática requer fundamentalmente o exercício em igualdade de condições dos direitos humanos elementares, pois se a democracia confunde-se com a igualdade, a implementação do direito à igualdade, por sua vez, impõe tanto o desafio de eliminar toda e qualquer forma de discriminação como o de promover a igualdade. Para isso, é decisivo que se intensifiquem e aprimorem ações em prol do alcance dessas duas metas que, por serem indissociáveis, hão de ser desenvolvidas de forma conjugada.

2.4 Mídia e relação com a cultura de massa

Entendemos que os meios de comunicação também são responsáveis pelos discursos hegemônicos, os quais se dispersam socialmente (re) produzindo uma cultura de massa, pois exercem um poder social em matéria de transformação dos modos de vida, dos gostos e comportamentos, razão por que são chamados de *mass media*.

Ao buscarmos o conceito de comunicação de massa, encontramos diversas definições, de que decorrem várias interpretações e sentidos. Ora esse conceito se refere a “massa de mensagens dos meios de informação”, ora simplesmente a “massa”, para significar o mecanismo de repetição dos próprios meios de informação, ora ainda à massa de indivíduos que constituem as audiências da comunicação social. Então, para conceituá-la, apropriamo-nos de uma definição não muito ambiciosa, porém que corresponde aos nossos anseios. Segundo o dicionário Infopedia¹⁶, é o conjunto de técnicas de difusão de mensagens culturais, informativas ou publicitárias destinadas ao

¹⁶ Informação disponível no sítio: <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/mass%20media>

grande público, tais como: televisão, cartaz, rádio, a imprensa, meios de comunicação social, entre outras.

Lipovetsky (2004, p. 68) afirma que, desde os anos 1950, vê-se, sem trégua, a mídia como uma máquina de uniformização capaz de produzir uma “felicidade conformista”, materialista e mercantil. É um individualismo desregulado, dessincronizado, que não cessa de favorecer a galáxia dos *mass media*.

Nesse sentido, nosso interesse se volta à questão da representação, pelas revistas *Veja e Caros Amigos*, do acontecimento discursivo cotas para inserção do negro nas universidades públicas do país, pois supomos que ambas as revistas, em suas práticas discursivas, criam e manipulam estrategicamente signos linguísticos e produzem um simulacro da realidade a fim chamar a atenção do seu interlocutor/leitor. Para isso, propomo-nos investigar as condições de produção discursiva em que cada uma se inscreve, uma vez que compartilhamos com Lipovetsky (2004) a concepção de que a mídia busca alcançar indivíduos diferentes, mas isso não ocorre sem um processo de padronização, de massificação dos modos de vida, dos gostos e das práticas e de interesses vigentes.

2.5 Condições de produção do discurso midiático

Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas. Entende-se que o lugar de onde se fala é regulador de sentidos. (PÉCHEUX, 1993, p.77)

O sujeito atribui sentido ao seu discurso dependendo das condições de produção em que se inscreve. Cardoso (1999, p. 39) explica isso ao dizer que os protagonistas do discurso (interlocutores) não devem ser considerados “apenas como seres empíricos, mas também como representação de lugares determinados na estrutura social: o lugar de professor, de aluno, pai, político, de sacerdote [...]”. As relações entre esses lugares acham-se representadas no discurso por uma série de formações imaginárias que designam o lugar que o destinador e destinatário atribuem a si mesmos ou ao outro e a imagem que fazem do referente.

Para Pêcheux (1997, p. 83-84), as “condições de produção” estão fundadas na teoria materialista das discursividades, que se constitui num caminho, cujo percurso permite compreender as condições (históricas) de produção e circulação de um discurso, pensando que é no momento em que a língua se oferece ao “equivoco” que os gestos ideológicos de produção de sentidos irrompem.

O discurso é constituído por “efeito de sentidos” entre sujeitos que ocupam “lugares determinados na estrutura de uma formação social. Nesse sentido, Pêcheux (1997, p. 77) afirma que as condições de produção do discurso atuam diretamente no processo de construção desses “efeitos de sentido”. O discurso não é reconhecido como a presença física de organismos humanos individuais, mas a representação deles em lugares determinados na estrutura de uma formação social. Essa representação é feita a partir de uma série de formações imaginárias, cuja função é designar o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmos e ao outro, apontar a imagem que cada um faz do seu próprio lugar e do lugar do outro, abrindo perspectivas para antecipar, por essa visão imaginária, as representações do receptor com vistas à criação de estratégias de discurso. As condições de produção incluem o contexto sócio-histórico e o aspecto ideológico. A somatória dos valores ideológicos constitui o imaginário, que designa o lugar que os sujeitos do discurso se atribuem mutuamente.

No caso do nosso objeto de pesquisa, defendemos que as condições de produção onde irromperam os discursos midiáticos sobre as cotas devem ser entendidas num sentido mais amplo, e não apenas como posição empírica de um sujeito que determina seu dizer. Os discursos, que se dão na relação intra/interdiscursiva, devem ser entendidos como fornecedores de discursos (ou sentidos) para o sujeito, pois este não fala a partir de um vazio, mas a partir do lugar que representa socialmente. A posição em que o sujeito se encontra não é percebida por ele mesmo com transparência; o sujeito não vê necessariamente a realidade de sua posição.

Voltando-nos aos discursos midiáticos analisados, devemos considerar que há uma prática enunciativa ancorada numa memória, sob uma ideologia cuja função primordial deveria ser a de informação. Esse ideal tem uma história e seu desenrolar é marcado por dizeres, por formas e por sentidos que não são aleatórios, tampouco estanques; eles se delineiam na linguagem, que, nas palavras de Orlandi (2001, p.17), tende a formular-se, “dar-se corpo”.

Dessa forma, torna-se necessário investigar as condições de produção onde os discursos midiáticos sobre as cotas (política de ação afirmativa) irromperam, pois é necessário entender a que instância essas mídias atendem, como propagam a referida política. Seus discursos reafirmam o olhar da elite brasileira em relação à inclusão/exclusão dos negros na história e na sociedade brasileira ou se mostram “imparciais”? Sobre qual ideologia estão fundamentadas?

2.6 Contextualização das mídias: *Caros Amigos* e *Revista Veja*

O projeto da revista *Caros Amigos*, segundo informações contidas em sítios eletrônicos¹⁷, começou com um grupo de amigos, jornalistas, publicitários, profissionais liberais e profissionais da comunicação que desejavam criar um veículo que se contrapusesse ao jornalismo predominante. Buscavam um conteúdo mais questionador, mais crítico e progressista. Queriam a volta do texto de qualidade e o cultivo dos aspectos artísticos da forma gráfica da revista, numa época em que a “grande mídia” promovia o modelo da revista alemã *Focus* e do jornal americano *USA Today*, com seus textos curtos e suas ilustrações cheias de cores e vazias de ideias. Com esse objetivo, *Caros Amigos* foi lançada em abril de 1997, no auge do neoliberalismo de Fernando Henrique Cardoso. A revista cresceu e firmou-se como trincheira do pensamento progressista, incorporando vários articulistas e jornalistas e tornando-se referência de publicação contra-hegemônica, alternativa e de reflexão crítica em relação ao pensamento neoliberal. Sua meta era praticar um jornalismo independente, crítico e comprometido com a transformação da sociedade brasileira.

Sérgio de Souza¹⁸, em entrevista a *Carta Maior*, na seção Arte & Cultura, no dia 23 de abril de 2007, disse que o propósito dele era criar uma publicação de interesse geral que se posicionasse contrariamente ao “pensamento único” que então transpirava de toda a grande imprensa do país, seguidora fiel do governo privatista de Fernando

¹⁷<http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/quemsomos/historia-da-caros-amigos> e http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=13925, acesso em 23-02-2011.

¹⁸Editor e um dos fundadores da *Caros Amigos*.

Henrique Cardoso. Politicamente, assegura o entrevistado, *Caros Amigos* seria uma revista de esquerda. O desafio era manter a distância apropriada do poder político-partidário ou econômico. Distância apropriada no sentido de independência de opinião, que significava, no caso de *Caros Amigos*, ideias ou posicionamentos que não costumam fazer parte do universo da “mídia grande”, “sempre conservadora e comprometida até as entranhas com o *establishment*”. O papel dessa revista seria aquele reservado ao jornalismo numa sociedade democrática: informar, e não apenas manter as pessoas a par dos fatos cotidianos das cidades e países. Mais que isso: tratar de interpretar o significado dos fatos mais relevantes. Essa postura acabaria por promover a consciência do leitor, espectador ou ouvinte, “de forma a olhar o seu meio e o mundo com mais acuidade, maior capacidade de julgamento”.

Quanto à *Revista Veja*, também de acordo com o divulgado em seus sítios¹⁹, após uma análise das dificuldades mercadológicas enfrentadas no mercado editorial das revistas no Brasil, encomendada pela Editora Abril S/A, nos anos 1960, Roberto Civita deduziu que as revistas ilustradas estavam com os dias contados e só poderiam ser substituídas por revistas de informação, pois profundas eram as causas daquela crise no mercado editorial brasileiro. A TV apresentava audiências cada vez maiores, mostrava mais rapidamente imagens em movimento, fatos que as revistas só poderiam retratar depois de alguns dias, na edição semanal, perdendo, portanto, para o novo veículo, em atualidade jornalística e em fotografia, ou seja, sem o glamour da cinética.

Segundo Faro (1999) Roberto Civita afirmava que, no mercado de revistas na década de 1960, do ponto de vista publicitário, o custo por leitor nunca poderia bater a televisão, pois, quanto à fotografia, como poderia a revista mostrar melhor amanhã as imagens que a TV mostrou ontem?

Então, na busca de um novo modelo de revista que atendesse às exigências sociais da época, Victor Civita e Mino Carta criaram, em 1968, na fase crítica pela qual passava o país – marcada pelas revoltas e protestos de estudantes contra o regime militar e reivindicações pela igualdade dos direitos civis, que dariam início a grandes transformações –, surgiu a *Veja*, uma publicação brasileira da Editora Abril S/A, composta nos moldes de *Life*, cujo objetivo era atender ao público consumidor.

¹⁹ Informações disponíveis em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Revista_Veja e <http://www.bocc.uff.br/pag/baptista-iria-abreu-karen-a-historia-das-revistas-no-brasil.pdf>, acesso dia 25/02/2011.

A *Revista Veja* firmou-se no mercado e, atualmente, com uma tiragem superior a 1 milhão de exemplares, é a revista de maior circulação e mais lida no Brasil. Em relação ao mercado mundial, fica em quarto lugar. Ela trata de temas do cotidiano da sociedade brasileira e do mundo, como política, economia, cultura e comportamento; tecnologia, ecologia e religião por vezes também são abordados. Possui seções fixas de cinema, literatura, música, entre outras variedades. Seus textos são elaborados em sua maior parte por jornalistas, mas nem todas as seções são assinadas. A revista publica também, eventualmente, edições sobre assuntos regionais. Seu público-leitor é classe a média-alta. Semanalmente circulam cerca de 1.250.000 exemplares, com paginação colorida e bem estruturada. Assim, *Veja* atrai um público que se identifica com a “realidade” apresentada pela revista.

Notamos, pelas informações mencionadas, que as condições de produção em que emergiram ambas as revistas são ideologicamente contrárias, porém nasceram com o mesmo intuito: informar o público leitor, servir à democracia, uma vez que elas se colocam a serviço da sociedade. Maingueneau (2005, p. 71) alerta-nos, todavia, para o fato de que as mídias não são apenas um meio de transmissão do discurso; elas imprimem um certo “tom²⁰” a seus conteúdos discursivos, comandando os usos que podemos fazer deles.

²⁰ Ao sistematizar o conceito de *éthos* para a análise do discurso, Maingueneau (2002) afirma que este se liga diretamente ao tom que engendra o discurso. O teórico reformulou o conceito de *éthos* num quadro da análise do discurso: qualquer discurso escrito possui, mesmo que a negue, uma vocalidade específica, que permite relacioná-lo a uma fonte enunciativa, por meio de um “tom” que indica quem o disse: o termo “tom”, conforme o autor, tem a vantagem de valer tanto para o escrito quanto para o oral.

CAPÍTULO III:

COTAS PARA NEGROS: REPRESENTAÇÕES E SENTIDOS CONSTRUÍDOS PELO DISCURSO MIDIÁTICO

Os sentidos não estão somente nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções do sujeito [...]. Os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos e sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz [...]. (ORLANDI, 1999, p. 30)

Procedemos, neste capítulo, à análise dos enunciados que constituem o corpus (RODRIGUES, 2010), recortados dos discursos das revistas *Vejaonline* (ed. 2011, de julho de 2007) e *Caros Amigos* (ed. 66, de setembro de 2002). Para análise, consideramos que os enunciados discursivos constituem-se em “paráfrases” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997) uns do outros, com efeitos de sentidos, pois as palavras não são apenas dizeres entre sujeitos em uma prática discursiva; elas possuem sentidos capazes de produzir efeitos diversos, ou, como assegura Orlandi (1999, p. 12), o sentido pode ser outro.

Dessa forma, analisamos alguns discursos midiáticos que polemizam as cotas para afrodescendentes. Segundo Guimarães (2009, p.12)²¹, as ações afirmativas já existem no país pelo menos desde 1890, com a chegada da primeira leva de imigrantes europeus que tinham garantido emprego com trabalho assalariado, acesso a terra e escolas para seus filhos na sua língua original. Essa imigração, como vimos anteriormente, respondeu aos objetivos da elite política da época. O questionável é que não houve toda essa polêmica hoje observada em torno do debate sobre a inclusão da população negra em algumas universidades por meio das cotas. Presumimos que isso se deva ao fato de ser a academia um espaço de poder a serviço da classe dominante, onde se constitui a “inteligência” brasileira e estão 90% de recursos para pesquisa e

²¹ Entrevista de Angela Guimarães, membro do Conselho Nacional de Juventude e integrante da Unegro, Salvador, BA, concedida à *Revista Mundo Jovem*, nº 402, ano 2009, p. 12.

desenvolvimento do país. Lá há uma historicidade de hegemonia branca europeizada em que o branco representa superioridade em relação ao negro. Outros casos que não deram alarde foram a reserva de no mínimo trinta por cento das vagas para candidatas mulheres em todos os partidos, aprovada na lei eleitoral 12.034/04, e também para os portadores de necessidades especiais, aprovada pela lei 8.213/91. Por que a reserva de cotas aprovada pelo projeto de lei 3627/2004 é assunto polêmico?

Para realização deste trabalho de pesquisa, agrupamos os enunciados e os analisamos de acordo com suas especificidades de sentidos discursivos e posição-sujeito. Desse agrupamento, resultou a seguinte classificação por efeitos de sentidos:

- Negro no discurso midiático: miscigenação ou negação identitária?
- Cotas: direito ou privilégio?
- Cotas: política de inclusão ou exclusão social?
- Sublimação discursiva: negação de racismo;
- Discurso legitimadores de igualdade social entre brancos e negros;
- Discurso indicador de menor intelecto do negro;
- Cotas: ameaça à população brasileira ou correção histórica?
- Apologia à miscigenação: de onde vem esse discurso?

Como estratégias metodológicas para melhor compreensão das análises, enumeraremos os enunciados em sequência lógica, atribuindo-lhes as siglas SRV e SRCA. A sigla SRV refere-se aos enunciados recortados dos discursos da *Revista Veja*. Tais discursos foram assinados pelos repórteres Rosana Zakabi e Leoleli Camargo. A sigla SRCA significa “sujeito enunciador Revista Caros Amigos”.

3.1 Negro no discurso midiático: miscigenação ou negação identitária?

Entendemos que o discurso é um meio de interação humana pelo qual a língua se expressa em funcionamento com a história e a ideologia, produzindo sentidos. Estes são dispersos, instáveis e materializados na linguagem. Dessa forma, apropriamo-nos de

discursos midiáticos a fim de analisar a representação identitária do negro como construção ideológica materializada nessas práticas discursivas. Hall (2006) alerta-nos para o fato de que as representações identitárias são construídas dentro do discurso, de modo que precisamos compreendê-las como produzidas em lugares históricos e institucionais específicos. Por isso, é necessário estarmos atentos às formações e práticas discursivas que as constroem.

Os enunciados (01) e (44) representam os discursos das mídias voltado para as características fenotípicas do sujeito negro. Pautamos nossa análise nos discursos inscritos nessas imagens, uma vez que compactuamos com a ideia de que a “língua serve para comunicar e para não comunicar” (PÊUCHEUX, 1990, p. 21), sendo os embates discursivos, em sua movência, parte constitutiva de sentidos na/da sociedade, os quais irrompem de acordo com a posição-sujeito que o profere numa determinada “condição de produção” (PÊUCHEUX, 1997).

Embasados na teoria discursiva de Pêcheux, entendemos que a linguagem, em suas formas heterogêneas, é lugar de significação e sentido. Nesse caso, a interpretação dessas imagens só terá sentido se relacionada à noção de simbólico, pois, para a AD, não há sentido sem articulação do simbólico ao político, uma vez que o simbólico não é apenas uma etiqueta que representa um determinado objeto. Está relacionado ao processo do significante e do sócio-histórico na constituição do sujeito e, posto em relação à experiência no mundo, possibilita que sentidos sejam sempre (re) produzidos. Seguem as análises:

(01) “



O enunciado (01) refere-se ao caso de dois irmãos gêmeos univitelinos que optaram por prestar o vestibular na UnB (Universidade de Brasília), concorrendo às vagas reservadas para afrodescendentes. A um foi dado o direito de ingressar na universidade por meio das cotas; ao outro, não. Voltamos nosso olhar aos discursos contidos nas imagens, os quais nos levam à interpretação de negação dos traços fenotípicos dos sujeitos. Há uma estratégia discursiva que entrecruza a imagem à linguagem verbal, construindo sentidos estereotipados que negam a origem afro dos sujeitos em questão. Pelo posicionamento dos rapazes – aquele dito “branco”, à esquerda, sentado, com olhar fixo, e o dito “negro”, à direita, em pé, com uma das mãos no bolso, num gesto de imposição –, interpretamos que essa prática discursiva produz efeitos de sentido de que o sujeito “negro” assume posição vantajosa em relação ao “branco”, apontando para uma inversão da “real” situação que gerou a política de cotas.

Entendemos que a constituição desses sentidos materializa-se numa relação do sujeito com a língua e com a imagem, reproduzindo sentidos discursivos homogêneos, pautados na explicitude do enunciado, inscrevendo-se no imaginário social, perpetuando-se e dispersando-se. Essas estratégias discursivas facilitam que a referida mídia veicule seus discursos, impondo e (re) afirmando a ideologia dominante a que ela atende.

A imagem apresentada dos rapazes desloca e desmobiliza, no entanto, o efeito de sentido discursivo entre o visual e o verbal pela contradição, pois os mostra como se fossem uma única pessoa (já que são “gêmeos idênticos”), diferindo-os apenas pela cor do vestuário. O sujeito enunciador *Revista Veja* usa também, como estratégia discursiva, as cores branca e preta, marcando, “literalmente”, os dois irmãos, desconstruindo e ridicularizando, por meio do jogo simbólico, a decisão da banca da UnB. O uso das cores é uma afirmação da negação identitária do negro; há um simulacro da imagem ideal midiática para imagem real. Isso nos leva ao entendimento de que a mídia, ao mostrar os rapazes bem vestidos, cabelos lisos, pretende dizer ao seu interlocutor/leitor, mesmo nas entrelinhas, que estes não sofrem nenhum tipo de preconceito, nem passam por dificuldades financeiras, não são desiguais socialmente dos brancos – tanto que nem a UnB foi capaz de “enxergar” a diferença –, de modo que não há necessidade de uma política para equiparação social. Imagem “perfeita” para o mundo midiático, ou seja, para o público consumidor.

Nesse sentido, entendemos que a mídia tenta, por meio dos jogos de imagem e “silenciamento discursivo” (ORLANDI, 1995), a unificação identitária desses sujeitos e, conseqüentemente, da sociedade brasileira. Contrapondo-nos ao posicionamento da revista, evocamos Hall (2005, p.13), para quem uma identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma “fantasia”; o que há são momentos de identificação.

Constatamos, dessa forma, que o veículo midiático busca construir discursos homogêneos e persuasivos para dizer apenas aquilo que interessa ao público a que se destina. Há, sobretudo, uma trama discursiva que reflete o pensamento de um grupo, de uma classe dominante. É para essa classe que se dirige a revista *Veja* e, ao se dirigir, tenta negar as diferenças sociorraciais existentes no Brasil. Com essa prática discursiva, a mídia determina modos de agir e de ver o mundo, de forma a influenciar consideravelmente no processo de construção de subjetividades e identidades. Para isso, ao mostrar os dois irmãos, ela usa o discurso de que os brasileiros são todos mestiços, de modo que não há marcas fenotípicas que diferenciem uns dos outros, que todos são etnicamente iguais, camuflando a discriminação racial existente no país.

Segundo a ótica cultural de Hall (2005, p. 13),” a construção das identidades ocorre por um processo de identificação em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”. O teórico afirma

ainda que “representar é significar”; logo, os processos de “representação/significação” são construídos nas práticas discursivas, conforme as interpretações dos sujeitos de sua realidade social. (HALL, 2005). Nesse sentido, a identidade social não se separa do discurso. Dessa forma, dialogamos com os pesquisadores Silva e Serafim²² ao dizerem que veem a identidade como produto também do discurso, uma vez que é na produção de significados por meio da linguagem que a realidade é construída, as instituições legitimadas, bem como os objetos materiais e os sentimentos, pois a linguagem não se limita às estruturas linguísticas, insere-se num permanente processo de criação de sentidos e significados, age sobre as pessoas, comportamentos e corpos. Logo, a identidade está num processo de elaboração constante.

Na linguagem verbal apresentada junto à imagem: “Eles são gêmeos idênticos, mas segundo a UnB este é branco e... este é negro”. A conjunção “mas”, empregada com sentido de contraposição ou contrariedade à primeira oração, “eles são gêmeos idênticos”, produz efeito de algo absurdo, incompatível com o “real”, de que decorre certa espetacularização discursiva midiática: se são idênticos, é impossível que sejam diferentes. Ao usar a construção de sentido conformativo “segundo a UnB”, o sujeito mídia reforça o sentido discursivo de que a referida universidade é responsável pelo discurso de que os gêmeos univitelinos são diferentes. Assim, ela usa o discurso do outro para eximir-se da responsabilidade sobre o dito. O uso do pronome “estes” (marcador de proximidade, com valor “mostrativo”, dêitico) e das reticências configuram-se como estratégias discursivas para, por um lado, mostra o paradoxo (você está vendo que são idênticos [“estes aqui”]; então não podem ser diferentes) e, por outro, ironizar a avaliação equivocada da banca: gêmeos univitelinos, porém diferentes (um negro e o outro branco).

Notamos que, por trás dessas estratégias visuais e linguísticas, há uma prática discursiva não apenas de desmoralizar a banca da UnB, mas também de que, se a política de ação afirmativa surgiu para equiparação emergencial daqueles que têm sofrido pela exclusão social, esses rapazes não se encontram nesse perfil. Pautamo-nos em Reis Filho²³ (2004, p. 139-142), para quem, “quando o negro sai de seu lugar

²² Pesquisadores da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

²³ Psicólogo; psicanalista; mestre em Psicologia Social/UFMG; doutorando em Psicologia Clínica pela PUC-SP, professor da PUC Minas.

historicamente marcado – o navio negreiro, a senzala, a favela, a cela... –, ele se depara com uma dura realidade: a de não ter referências identificatórias”. Angústia do encontro com o real, neste caso, articulado à realidade, que deve ser modificada.

Assim, “construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros” (GOMES, 2003, p.171).

Interpretamos que a imagem dos rapazes ditos negros, foi construída através da de um sistema de signos e representações que busca traçar uma identidade que não condiz com a realidade vivida pela população negra, mas sim uma realidade construída midiaticamente. Para isso, a mídia em questão “arquitetou” seu discurso de acordo com aquilo que deseja alcançar, sob uma ideologia dominante, massificadora, “verdades” mitificadas, cujos discursos tidos como “certos” podem ser aceitos sem indagações pelo senso comum.

Fischer (1996) nos alerta que os meios de comunicação constituem-se como lugares de circulação e legitimação de saberes dos mais variados campos, de modo que, ao abordar a "condição da mídia como produtora de “verdade”, há a necessidade de uma análise que possa situar-nos nesse presente em que a imagem, o fato de "ter aparecido na TV" ou ter merecido qualquer espaço nos jornais e revistas configura poder, produz efeitos nas pessoas, constrói um tipo especial de verdade, emergem discursos variados, produz modo de ser que constituem subjetividades. A medida em que é também construtora e propagadora de imaginários, a mídia serve de referencial à produção de identidades.

Em (44), as condições de produção do discurso são outras. A imagem mostrada do negro é contraditória à mostrada em (01). Vejamos:

(SRCA)²⁴

O enunciado diz respeito ao mesmo tema tratado pela *Veja*, porém sob outra ideologia. A imagem traz claramente as marcas fenotípicas do sujeito negro, porém mostra apenas uma parte da face do sujeito, de que emerge um efeito de sentido de tristeza e desalento. Interpretamos que a prática discursiva do sujeito enunciador *Caros Amigos* produz efeitos de sentido de que o cidadão negro está num entremeio de duas forças antagônicas a ação e a reação discursiva. Isso é resultado de um sistema capitalista, elitizado, discriminador e opressor. Quando a mídia mostra apenas o lado esquerdo do rosto do indivíduo negro, também se produz o efeito de sentido de que o afrodescendente tem sua identidade fragmentada, o que pode significar que não é visto pela sociedade como cidadão comum, com direitos e deveres.

Ao usar estrategicamente na imagem o enunciado “A cota negra”, entrecortado por “Em debate: a reserva de 20% para negros [...]”, a palavra “negra”, usada como

²⁴ O enunciado apresentado foi capa da revista *Caros Amigos*, ed. 66, de setembro de 2002.

adjetivo de “cota”, produz efeito de sentido especificador, porém, no conjunto das relações textuais-discursivas, pode ser interpretada como extensiva também às mulheres (ou talvez até aos portadores de necessidades especiais, aos índios, estudantes oriundos de escola pública), ou, ironicamente, apontar para outros discursos, como os evocados pela expressão corrente “mala preta”. Explicamos: em “a cota negra”, enunciado não transparente, ambíguo, polissêmico, podemos “ler” um sentido metonímico de “parte-todo” – uma cota para todos os negros –, ou um sentido metafórico – jogada política, disfarçada pelo sentido de “politicamente correto”. Seja metafórico, seja metonímico, nós o interpretamos como embate a outra(s) prática(s) discursiva(s): se há uma prática discursiva afirmando, é porque existe outra negando a concessão desse direito somente aos negros; se há, “hoje”, essas cotas, elas surgiram para reparar erros do passado, o que evocaria a imagem de um Estado generoso, ou para “compensar” esses erros, o que seria uma falácia, mera estratégia para calar ou silenciar movimentos sociais, já que há cotas para outros segmentos da sociedade, porém a polêmica existe somente em relação às cotas destinadas aos afrodescendentes.

O uso da cor vermelha e as letras maiúsculas produzem efeito de sentido de urgência, de chamada de atenção do leitor (e, por extensão, do povo brasileiro) para a necessidade de discussão ou de reconhecimento desse direito.

Contrariamente ao enunciador da *Veja*, o sujeito *Caros Amigos* deseja, por meio das imagens, dizer ao sujeito/leitor que há diferenças fenotípicas que o marcam como diferente do sujeito branco, porém, ao mostrar, na imagem, as características afro do cidadão, o sujeito *Caros Amigos* também usa um discurso homogêneo e estigmatizante para tratar da questão identitária do negro. Nesse caso, a prática discursiva nega a miscigenação do afro-brasileiro. É como se todos os afro possuíssem cabelos crespos, pela negra, lábios grossos, sentido que a *Veja* silencia, mas que estão ali, porque o silêncio também significa. Interpretamos que há também uma prática discursiva de unificação identitária. Segundo Moita Lopes (2002, p. 36), “os espaços discursivos constroem certas identidades para terem voz na sociedade, embora elas possam alterar-se em épocas e espaços diferentes”. Para isso, a mídia usa estratégias correlacionando imagem e sentido e, assim, reativa a memória discursiva do sujeito leitor, possibilitando-lhe construir efeitos de sentido dentro de uma estrutura edificada ideologicamente.

Ao analisarmos a imagem, encontramos um embate interpretativo, o que se configura num jogo enunciativo entre o que se revela na organização visual (exterioridade) e o que se recolhe de forma silenciada. A partir dessas considerações, queremos dizer que os sentidos discursivos são teorizados e interpretados a partir da correlação entre os elementos visíveis na imagem e também aqueles que estão espalhados, dissipados, silenciados nos conflitos históricos, irrequietos, possibilitando a existência de outros sentidos que se cristalizam na memória social.

Percebemos que as duas mídias em questão apresentam discursivamente o negro de forma arbitrária, usando o jogo simbólico e estratégias persuasivas que deixam marcas de posições ideológicas opostas e, dessa forma, produzem sentidos diversos, que negam ou afirmam a realidade em que vive a população negra.

Entendemos, portanto, que, ao representarem o negro e o direito dele legitimado, as cotas, os sujeitos *Revista Veja* e *Revista Caros Amigos* realizam recortes na história para constituírem o momento atual. Nesse percurso, seus discursos, mesmo contrários (ao menos aparentemente), procuram produzir identidades coletivas, operando com diversos tempos sociais e memórias coletivas a fim de construir uma nova identidade para o negro, de acordo com a posição ideológica em que cada uma se inscreve. Nesse sentido, aportamo-nos em Rodrigues (2010) ao dizer que as políticas de reparação histórica, cotas, estão vinculadas a questão da identidade ou da identificação do seu “beneficiário”, no caso o negro. Assim, dentre os discursos que compõem a polêmica da negação, outras posições sujeito, não a do negro, são convocadas a participar das políticas de reparação “falar em nome do outro”. É visto que os sujeitos *Revista Veja* e *Caros Amigos* *falam* pelo o negro.

Apropriamo-nos de Spivak (2010) ao questionar: “Pode o subalterno falar?” O que se nota é que o negro é silenciado historicamente. Quando “fala”, sua voz é representada pelo “Outro”. Dessa forma, o negro apresenta uma condição de subalterno. Entendemos que é necessário que o próprio negro fale pela sua voz e não que o intelectual fale por ele, uma vez que o discurso de *Caros Amigos*, mesmo se posicionando ideologicamente contrário a *Veja*, em vários momentos dialoga com o discurso hegemônico, produzindo sentidos estereotipados. Para isso, Spivak (2010, p.12-13) nos alerta:

[...] é preciso questionar a posição do intelectual ao explicitar que nenhum ato de resistência pode ocorrer em nome do subalterno sem que esse ato esteja imbricado no discurso hegemônico. Dessa forma o lugar incômodo e a cumplicidade do intelectual que julga poder falar pelo outro e, por meio dele criar discurso de resistência. Agir dessa forma é reproduzir as estruturas de poder e opressão, mantendo o subalterno silenciado, sem lhe oferecer uma posição, um espaço de onde se possa falar e, principalmente ser ouvido. Não se pode falar pelo subalterno, mas pode se trabalhar “contra” a subalternidade, criar espaços nos quais o sujeito subalterno possa se articular e, como consequência, possa ser ouvido.

Para esse contexto enunciativo, interpretamos que há uma representação discursiva do negro em que tanto a *Revista Veja* como a *Caros Amigos* o mostram de acordo com a posição que cada uma ocupa, ao mesmo tempo em que apregoam marcas fenotípicas distintas do negro; por outro lado, seus discursos se entrecruzam, pois ambos são homogêneos, uma vez que individualizam o sujeito negro ao criar identidades definidas em correspondência com o interesse do público que atende. Dessa forma, a mídia aciona uma dinâmica de emancipação dos indivíduos em relação às autoridades institucionalizadas e às coerções identitárias. (LIPOVETSKY, 2004)

Silva (2004), na mesma linha de pensamento, afirma que a ideologia e a construção identitária dos negros na mídia sustentam-se em um discurso antirracista, com ampla utilização de metáforas, criadas e usadas tanto pelos brancos quanto pelos negros, que mascaram ideologias preconceituosas e discriminatórias.

Em contra-argumento as estratégias discursivas usadas pela *mass mídia*, tomamos como nosso o discurso de Santos (1997) citado por Moreira (2001, p. 67), ao afirmar que “as pessoas têm direito a serem iguais sempre que a diferença as torna inferiores, contudo, têm também direitos a serem diferentes sempre que a igualdade colocar em risco suas identidades”.

3.2 Cotas: direito ou privilégio?

O mundo globalizado consolidou-se sobre todas as formas de discriminação e exploração. A valorização do capital significa a hegemonia de um sistema em que se

opera com as minorias. Podemos perceber isso nas enormes disparidades vivenciadas entre negros, indígenas e brancos nos espaços da vida social brasileira. Embora a nossa Constituição assegure a igualdade entre todos os brasileiros, esta ainda parece ser utopia, tanto que foram necessárias as políticas de ação afirmativa, fundadas no discurso da (des) igualdade social e na história

Nesse sentido, o negro a que as cotas se destinam é representado, ali, como povo marginalizado ao longo do tempo por um sistema opressor, vítima de racismo constituído pelo poderio desmedido de uma classe dominante branca, considerada superior. A essa gente negra, foi negado historicamente o direito à educação e à cidadania. Houve uma época no Brasil em que escravos e seus descendentes eram proibidos de frequentar a escola. Isso atrasou em mais de um século o acesso de crianças negras a escolas. O mesmo se passou com o acesso à universidade (REVISTA MUNDO JOVEM, 2009). Por esse motivo, as cotas surgiram como uma política pública emergencial de reparação e inclusão social. Dessa forma, interessa-nos aqui analisar como a política de ação afirmativa “cotas para negros” é representada nos discursos das referidas mídias. Seguem as análises:

(02) “A decisão da banca da Universidade de Brasília que determina quem tem direito ao privilégio da cota...”. (SRV)

(03) “[...] mostra o perigo de classificar as pessoas pela cor da pele – coisa que fizeram os nazistas e o apartheid sul-africano”. (SRV)

(06) “Alan, que quer prestar vestibular para educação física, foi classificado como preto na subcategoria dos pardos e pode se beneficiar do sistema de cotas. Alex, que pretende cursar nutrição, foi recusado”. (SRV)

(08) “A avaliação divergente dos irmãos Alan e Alex pela UnB é uma prova dos perigos de tentar classificar as pessoas por critério racial”. (SRV)

(55) “[...] no lugar de revolucionar a sociedade e instituições, pedem-se as cotas.” (SRCA, p. 21)

O sujeito enunciador *Revista Veja*, em (02), reafirma em seu discurso o discurso outro (“A decisão da banca da Universidade de Brasília...”), pois entendemos que o discurso produzido pelas mídias costuma tomar os discursos constituintes como fonte legitimadora e como fiadora de sua palavra, ou seja: usa essa estratégia discursiva para

eximir-se da responsabilidade de tê-lo dito, responsabilizando, no caso, a banca da UnB por tal ação.

No enunciado, percebemos um “deslocamento de poder” e de sentidos: quem “determina” não é o Estado-Nação, que detém, oficialmente, a obrigação legal para com todos os afrodescendentes (e também os excluídos socialmente por gênero ou etnia), mas sim “a decisão da banca” da UnB; e a banca não está cumprindo um dever – o de fazer valer um direito –, mas “escolhe” quem tem o “privilégio”. Isso significa que as cotas são excludentes e não igualitárias, já que “privilégio” é para poucos, e que o negro não está usufruindo de um direito institucionalizado por lei, mas está sendo contemplado, como se estivesse recebendo um prêmio de consolação. Segundo o *Dicionário Globo* (1996), o substantivo “privilégio” possui sentido de ‘direito ou vantagem especial e exclusiva’; ‘graça especial’; ‘vantagem ou favor’. Assim, o recebedor de privilégio é “privilegiado”, ou seja, é alguém ‘que desfruta de alguma vantagem especial’. Então, ao analisar o efeito de sentido desses itens lexicais no contexto, interpretamos que a prática discursiva do sujeito enunciador nega as cotas como política de equiparação social e atribui-lhe sentido de algo vantajoso, de uma benesse do Estado.

Esse efeito de sentido é reafirmado em (06), com o uso da expressão “pode se beneficiar”, pois, segundo *dicionário Globo* (1996), o substantivo “benefício” produz diversos sentidos, dentre eles ‘serviço que se presta gratuitamente’, isto é: “favor”. Nesse caso, o efeito de sentido dessa prática discursiva é de desconstrução das cotas como direito oficializado pelo Estado ao afrodescendente.

Retomando a expressão, o uso do verbo “poder”, inscrito na categoria da modalidade deôntica, produz efeito de sentido de ‘ter permissão para’: não há, portanto, a afirmação de que um dos irmãos teve assegurado seu direito à inserção na universidade por meio das cotas, mas que alguém permitiu que ele recebesse a “cota”, ao mesmo tempo em que o sujeito enunciador afirma que o irmão gêmeo não foi contemplado, produzindo-se um discurso incoerente, que nega esse efeito de sentido.

Ainda em (06) “foi classificado como preto na subcategoria dos pardos”, interpretamos, por meio dessa prática discursiva, que, mesmo o afrodescendente tendo amparo legal, deve ser submetido a uma classificação, pois a prática discursiva midiática possibilita ao leitor a interpretação de que as cotas são apenas um benefício, e

não uma lei que deva ser cumprida. O item lexical “classificar” também está em (03) e (08). Interpretamos, pelo efeito discursivo desse enunciado, que a repetição desse item é reafirmadora de uma prática discursiva positivista que vem perpassando gerações: o negro é mostrado com número, objeto de uma taxonomia, como nos porões do navio negreiro, em que era visto apenas como mercadorias rentáveis e não como seres humanos, com direitos e deveres.

O discurso midiático isenta, assim, o Estado da responsabilidade de fazer valer o direito do negro às cotas, uma vez que essa mídia diz serem as cotas apenas benefício que nem todos terão, apenas alguns, após passarem por uma classificação. Dessa forma, sua prática discursiva nega as cotas como legítimas. Ainda em (06), o qualificador “preto” (que pode ser classificado como adjetivo ou como substantivo) e os substantivos “subcategoria” e “pardos” reforçam o efeito de sentido de que o que é necessário para se ter direito às cotas é apenas a cor da pele. Interpretamos esse discurso como discriminador e preconceituoso, seja pelo uso de “preto” (hoje interdito, no Brasil) – em vez de “negro”, ou, para incluir-se na ordem do discurso da política em questão, “afrodescendente” –, seja pelo uso de “subcategoria” – cujo prefixo indica inferioridade, posição abaixo a/de (NICOLA, 2005, p. 27): ser pardo é marca de “raça” inferior, posição subalterna em relação a outro. Nesse caso, o discurso dessa mídia representa lugar ideológico de padrões sociais e saberes constituídos, sentidos já postos historicamente e inscritos socialmente.

Em (03) “[...] mostra o perigo de classificar as pessoas pela cor da pele – coisa que fizeram os nazistas e o apartheid sul-africano”, a prática discursiva reforça o sentido de certeza sobre os equívocos ocorridos ao se tratar do direito do estudante negro. Como forma de comprovar o seu dizer e ganhar voz de autoridade, a imprensa midiática faz um recorte na história a fim de mobilizar memórias coletivas para reforçar o sentido consensual de que as cotas não são benéficas à população. Para isso, historiciza o tema “cotas raciais”, incluindo-o no rol de fatos que marcaram a história mundial pela discriminação e massacre de pessoas “acusadas” de serem “raças” inferiores. Entendemos, pelo efeito de sentido, que a prática discursiva midiática é de comparar o caso ocorrido na UnB com as barbáries sangrentas que marcaram o século passado praticadas pelos nazistas.

No segmento enunciativo (06), o sujeito-enunciador *Revista Veja* questiona a seriedade, a transparência e a “justeza” do sistema ao pôr em comparação os casos de dois sujeitos em condições de igualdade (“gêmeos idênticos”), e, portanto, igualmente “dignos” de receber a cota, com um final ilógico.

No enunciado (55) “[...] no lugar de revolucionar a sociedade e instituições, pedem-se as cotas”, tem-se outro sujeito enunciador, porém sua prática discursiva também produz efeito de sentido de que as cotas não resolverão o problema da desigualdade social. Para ele, o necessário seria revolucionar a sociedade e as instituições. O verbo “revolucionar” possui sentidos de: ‘revoltar’, ‘sublevar’, ‘incitar à revolução’, ‘causar notável mudança em’; ‘transformar [...]’ (GLOBO, 1996), e, portanto, interpretamos que o efeito de sentido desse discurso é de que as cotas não são um direito, mas algo que, desnecessariamente, foi pedido (não reivindicado) por alguém não identificado, e isso não trará mudanças à sociedade, e esta tampouco será transformada. Nesse sentido, as cotas não são vistas pelo sujeito enunciador como atitude revolucionária ou emancipatória da população negra. Observamos, nesse enunciado, que, mesmo esse discurso irrompendo em outro espaço midiático, a prática discursiva das duas mídias se identifica, uma vez que os discursos surgiram numa mesma condição de produção histórica, delimitada num determinado tempo e espaço. Assim, interpretamos que ambas as mídias, em suas práticas discursivas, desconsideraram as cotas como relevantes a mudanças sociais.

Entendemos que essa compreensão perpassa, portanto, a busca pelas condições de produção do discurso e de constituição da subjetividade que nele está diluída. Notamos que, no interior desses contextos enunciativos, há o interdiscurso, que se caracteriza como “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito e que está na base do dizível”. (ORLANDI, 2001, p. 31).

Orlandi (1999, p. 30) assevera que os sentidos não estão somente nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções do sujeito. Concordamos com a autora, porque entendemos que a construção de sentido discursivo sobre as cotas está relacionada às condições históricas e ideológicas em que o discurso irrompe. Nesse

caso, os discursos de ambas as mídias voltam-se para o interesse de seu público consumidor.

3.3 Cotas: política de inclusão ou exclusão social?

Sabemos que, desde 2003, algumas universidades públicas estão assumindo o sistema de cotas. A primeira foi a UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), em seguida a UnB (Universidade de Brasília) e, gradativamente, mais universidades do país vêm tomando essa posição. Trata-se de uma iniciativa para garantir alguma porcentagem de vagas nas universidades para estudantes de origem indígena, negros ou oriundos de escola pública. Isso tem gerado várias controvérsias discursivas, sobretudo quando se trata de cotas para afrodescendentes. Nesse sentido, analisamos, nos enunciados que seguem, como as mídias investigadas representam as cotas em seus discursos.

- (04) “Um absurdo ocorrido em Brasília veio em boa hora. Ele é o sinal de que o Brasil está enveredando pelo perigoso caminho de tentar avaliar as pessoas não pelo conteúdo de seu caráter, mas pela cor de sua pele.” (SRV)
- (05) “[...] Seria de esperar que ambos recebessem igual tratamento. Não foi o que aconteceu. Os "juízes da raça" olharam as fotografias e decidiram: Alex é branco e Alan não.” (SRV)
- (07) “Não sei como isso é possível, já que eu e meu irmão somos iguais e tiramos a foto no mesmo dia”, diz Alex, que recorreu da decisão.” (SRV)
- (08) “A avaliação divergente dos irmãos Alan e Alex pela UnB é uma prova dos perigos de tentar classificar as pessoas por critério racial”. (SRV)
- (09) “[...] Em todas as partes onde isso foi tentado, mesmo com as mais sólidas justificativas, deu em desastre”. (SRV)
- (10) “Os piores são as loucuras nazistas e as do apartheid na África do Sul. Ambas causaram tormentos sociais terríveis com a criação de campos de concentração e guetos”. (SRV)
- (32) “A lei de cotas e o estatuto racial são monstruosidades jurídicas que atropelam a Constituição [...]”. (SRV)
- (33) [...] ao tratar negros e brancos de forma desigual – e oficializam o racismo. ”(SRV)
- (47) “As políticas de ação afirmativa buscam incluir os negros e pardos em nossa sociedade”. (SRCA, p.19)

(50) “Acenar com um Brasil futuro para desqualificar a política de cotas é dar golpe baixo na inteligência”. (SRCA, p.20)

(51) “Já os que são contra as cotas usam argumentos tirados de um Brasil ilusório para desqualificar [...]”. (SRCA, p.20)

(56) “As políticas de ação afirmativa só têm sentido se quando costuradas pelo reconhecimento e pela valorização da identidade cultural dos negros.” (SRCA, p.19)

Em (04), na expressão “um absurdo”, a mídia apropria-se de uma expressão valorativa, que causa efeito de sentido de desaprovação à ação da banca da UnB, enquanto em “veio em boa hora” a mídia exalta tal acontecimento, deixando marcas de subjetividade em seu discurso, em que “escapa” a parcialidade, desconstruindo o discurso segundo o qual o discurso midiático deve ser, por natureza e por princípio, imparcial. Essa prática discursiva enfatiza o acontecimento, marcando-o no tempo e espaço. Por meio desses recursos, o enunciador aproxima-se do sujeito leitor, produzindo-se um efeito discursivo de alerta à população, já que, em outros enunciados, também aparece a palavra “perigo” ou seus correlatos.

Aportamo-nos em Orlandi (1999), para quem os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos e sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz. Nesse caso, interpretamos que o sujeito enunciador *Revista Veja*, em sua prática discursiva, permite ao seu interlocutor extrair informações importantes sobre sua ideologia, atitudes e posições em relação às cotas para afrodescendentes. Apreende-se, nesse enunciado, efeito discursivo de desaprovação às cotas.

No verbo nocional que constitui a perífrase verbal de sentido cursivo-progressivo “está enveredando”, reforça-se o efeito de perigo que perpassa o enunciado e que se materializa no uso do adjetivo “perigoso”, conduzindo ao efeito de sentido de que a Política de Ação Afirmativa levará a Nação a um caminho indesejado, causando danos à população. Ainda no mesmo enunciado, os verbos “tentar” e “avaliar” reafirmam o efeito de que não há uma política séria, promotora de justiça social, mas sim uma política equivocada em que o cidadão brasileiro negro ou branco será injustiçado por não ser considerado o “conteúdo de seu caráter”, mas a “cor de sua pele”. O sujeito enunciador defende que a cor da pele não deva ser vista como marca de

desigualdade social e nem como meio para conceder ao cidadão negro o seu direito. Ela, a mídia, prioriza o caráter como se este fosse mensurável, passível de avaliação.

O enunciador, ao usar, em (05), o futuro do pretérito “[...] Seria de esperar que ambos recebessem igual tratamento [...]”, conduz o sujeito/interlocutor à interpretação de que “Não foi o que aconteceu”. Dessa forma, essa prática discursiva produz efeito de sentido de que as cotas são uma política excludente. Interpretamos que o sujeito enunciador ironiza tal atitude e reafirma esse efeito de sentido ao dizer: “[...] olharam as fotografias e decidiram: Alex é branco e Alan não.”

Ainda em (05), ao usar a metáfora “juízes da raça”, entre aspas, o enunciador ironiza e o enunciado dialoga, parodicamente, com discursos de outras formações discursivas: a jurídica (lembrando “tribunais”) e a da História, que, durante séculos, tem tratado diferenças étnicas como diferenças raciais, evocando o efeito de racismo e até o de “tribunais da Inquisição”. Ademais, reativa a memória discursiva de seu interlocutor, fazendo remissão àquelas formas marcadas, na História do Mundo, do preconceito racial e da discriminação, como o *apartheid* ocorrido na África do sul em 1948. Essa estratégia discursiva repete-se em (10), ao citar as práticas nazistas de tortura.

Interpretamos, assim, que o discurso dessa mídia refere-se a situações no momento em que se enuncia, porém pauta-se em diferentes temporalidades históricas, que são marcas para além da sua materialidade. Nesse sentido, o quadro sócio-histórico e ideológico do discurso midiático só pode ser compreendido em seus mecanismos de funcionamento. Tal reflexão é resultante do conhecimento (ORLANDI, 2001) de que, para significar, a língua tem de se inscrever na história, pois parte-se do texto para chegar ao discurso, em que podemos observar a relação entre linguagem, exterioridade, historicidade e ideologia.

O uso do discurso direto em (07): “Não sei como isso é possível, já que eu e meu irmão somos iguais e tiramos a foto no mesmo dia [...]” produz efeito de sentido de que o enunciador *Revista Veja* busca efeitos de verdade que assegurem e legitimem aquilo que deseja transmitir ao seu leitor. Para Authier-Revuz (1990, p. 33), a presença do “outro” emerge no discurso, com efeito, precisamente nos pontos em que se insiste em quebrar a continuidade, a homogeneidade, fazendo vacilar o domínio do sujeito, voltando o peso permanente do outro localmente designado.

Ao usar essa estratégia discursiva, o sujeito enunciador exime-se da responsabilidade que o efeito dessa prática discursiva pode causar-lhe. Para isso, ele atribui ao sujeito “Outro” a autoria discursiva para dizer que a forma usada para inserção do negro na universidade pública é promotora de discriminação racial; é uma política que não deve ser defendida pela sociedade brasileira. Assim, segundo a *Revista Veja*, esse critério de avaliação no Brasil é excludente.

No segmento (08): “A avaliação divergente dos irmãos Alan e Alex pela UnB é uma prova dos perigos de tentar classificar as pessoas por critério racial.”, o efeito de sentido é de advertência, que se encontra no equívoco do discurso; uma categoria conceitual à qual correspondem meios de expressão que permitem explicitar as diferentes posições do sujeito falante e suas intenções de enunciação. Nesse caso, as marcas de subjetividade revelam a posição do sujeito enunciador em relação às cotas para negros. O uso do verbo “ser” na terceira pessoa do presente do indicativo em: “[...] é uma prova [...]”, além de marcar o momento em que se enuncia, reforça, ao aliar-se ao item lexical “prova”, o efeito de sentido de falta de critérios claros ou da inviabilidade do critério “cor” como um parâmetro legítimo para a “concessão” das cotas. Esse efeito de falta de critérios ou de ineficiência do critério “cor” é reforçado também no auxiliar (recorrente em outros enunciados) da perífrase de infinitivo “tentar classificar”. Há apenas uma tentativa classificatória, equivocada, causadora de danos. Mais uma vez, a palavra “perigo”, a que se agrega, adiante, em (09), a unidade de sentido “desastre”, vem acentuar o sentido de irresponsabilidade das pessoas encarregadas de lidar com essa situação. Interpretamos que o sujeito enunciador usa práticas discursivas que produzem efeito de medo. O uso de “critério racial” reafirma o efeito discursivo de que os meios utilizados para comprovar a etnia do indivíduo são danosos e preconceituosos, ou seja, excludentes.

No enunciado (09) “Em todas as partes onde isso foi tentado, mesmo com as mais sólidas justificativas, deu em desastre.”, o sentido é de generalização, além de que “desastre” equivale a ‘fatalidade’, ‘desgraça’ (GLOBO, 1995), evocando mais uma vez a memória discursiva, a História.

Na perífrase “foi tentado”, além da ocultação do agente da passiva – já que o efeito pretendido é de generalização –, merece destaque o que está silenciado: as tentativas foram várias, mas nenhuma obteve êxito. Também merece menção o

enunciado concessivo, ancorado no qualificador “sólidas”, aplicado a “justificativas”, cujo efeito é de que esta política não tem bases sólidas.

Em (31), ao caracterizar a lei das cotas e o estatuto racial como “monstruosidades jurídicas”, o sujeito enunciador revela, em sua prática discursiva, seu posicionamento: total aversão a esses instrumentos “legais”: Para ele, ambos são ilegais, ferem o princípio de igualdade. O uso do nome “monstruosidades” é digno de comentário, porque sua carga semântica é muito negativa, permitindo que o efeito sobre o outro seja decisivo. “Monstruosidade” é, no singular, um substantivo abstrato, porém, ao ser pluralizado, concretiza-se, produzindo efeito de quantidade. Além disso, seu processo de formação é curioso: do substantivo “monstro” (concreto), forma-se, por sufixação, o adjetivo “monstruoso”, em que o sentido original de “-oso”, ‘cheio de’, desliza para o de ‘semelhante a’. Ao acrescentar-se um segundo sufixo –[id]ade –, a palavra reassume o papel de nome substantivo, cujo sentido é de ‘algo feito/praticado por monstro(s)’. Nesse contexto e consideradas as condições de produção, nem precisaríamos dizer que o enunciador aponta, duplamente, para as dimensões extremamente negativas do problema e para a maldade de quem o “produziu”: o poder judiciário (“monstruosidades jurídicas”), já que é este o responsável por fazer valer as leis do país, porém “atropela” a Lei Maior. Dessa forma, o discurso dos saberes recorre a teorias, conhecimento jurídico para confirmar que as cotas não são necessárias e são inconstitucionais.

Esse efeito de sentido de inconstitucionalidade deixa, em (32), de ser efeito e passa a ser o dito: “[...] ao tratar negros e brancos de forma desigual [...]”. Dessa maneira, o sujeito enunciador assegura em seu discurso que as cotas oficializam o racismo e ferem o princípio de igualdade inscrito, sobretudo, no artigo 5º do texto constitucional.

Interpretamos, pois, que os enunciados recortados da *Revista Veja* e analisados desconstruem discursivamente o sentido das cotas como política de inclusão social, uma vez que as apresentam como excludentes.

Diferentemente, no discurso apresentado em (47), o sujeito enunciador *Revista Caros Amigos* assegura, pelo uso do presente do indicativo, que as políticas de ação afirmativa são inclusivas, pois “buscam incluir os negros e pardos em nossa sociedade”.

Notamos outro efeito de sentido discursivo a favor das cotas em (51), uma vez que o enunciador SRCA diz que “os argumentos contrários às cotas são tirados de um Brasil ilusório”: pelo não dito e pelo sentido de “ilusório” – ‘falso’, ‘enganoso’ (GLOBO, 1995) –, o Brasil é um país real e, portanto, as cotas são válidas e necessárias a um país justo e igualitário.

Não podemos, no entanto, identificar esse efeito de sentido em (56), apesar de o enunciador ser o mesmo. Em “As políticas de ação afirmativa só têm sentido se quando costuradas pelo reconhecimento e pela valorização da identidade cultural dos negros.”, o enunciador não se posiciona, ou melhor: fica “em cima do muro”. Explicamos: embora reconheça a validade das políticas em si (ele admite que elas “têm sentido”), sabe que elas não estão inscritas nas práticas sociais e não está convicto de que vão sê-lo. Esse efeito de não convicção e de “em cima do muro” emerge da elipse do auxiliar (que pode ser estão/estiverem/são/forem [costuradas]) e da justaposição de um articulador condicional e um temporal (“se” e “quando”). Se lermos “se”, haverá uma gradação de sentido de possibilidade remota (de menos remota – com “estão/são” – a mais remota – com “forem”); se lermos “quando”, o efeito é de futuridade, com a expectativa positiva de que vão estar ou ser “costuradas”. Qualquer que seja a leitura, o não dito é que, no momento da enunciação, as políticas não são inclusivas porque não valorizam a “identidade cultural dos negros”. Ao usar conotativamente a palavra “costuradas”, o efeito de sentido é de inseparabilidade entre a ação afirmativa e a identidade cultural afro.

Assim, dialogamos com Martins (2010) ao afirmar que “a mídia polariza muito mais o ‘contra’ e o ‘a favor’ do que aquilo que as cotas representam”. Para ela há um discurso de “verdade”, com argumentos universalistas, a manutenção do racismo e a construção de relações de poder em que a postura da mídia aparece como um silêncio simbólico, traduz resistência à mudança, potencializa o discurso do “outro” e demoniza as cotas, excluindo seu caráter libertador.

Nessa mesma linha argumentativa, evocamos a pesquisadora Cruz (2011) ao dizer que os discursos midiáticos propagados voltam e meia afirmam que as cotas raciais ora são constitucionais ora inconstitucionais, ora compensatórias ora antidemocráticas, mas um dos discursos mais recorrentes é que as cotas vão celebrar divisões raciais, rompendo com a idéia. Nesse sentido Orlandi (1996, 16) nos orienta:

[...] tanto a informatização como a mídia produzem realmente a multiplicação (diversificação) dos meios, mas, ao mesmo tempo, homogeneizam os efeitos. Daí uma idéia de criatividade caracterizada pela deslimitada produção (a enorme variação) do “mesmo”. Não esqueçamos que a mídia é lugar de interpretação e que funciona pelo “ibope”, que se rege pelo predomínio da audiência. Nesse sentido, se pode dizer que a mídia é lugar de interpretação, ela rege a interpretação para imobilizá-la.

Notou-se pelas análises e por meio das pesquisas apresentadas os meios de comunicação os chamados *mass media* usam práticas discursivas cujo efeito de sentido é de homogeneizar o discurso sobre as cotas provocando interpretações possíveis. Assim, através de Orlandi (1996) entendemos que a interpretação é o vestígio do possível, sendo o lugar próprio da ideologia, materializando-se pela história.

3.4 Sublimação discursiva: negação de racismo

A sociedade brasileira constrói e incorpora uma forte representação de liberdade e de generosidade racial no país. [...] Tal contexto nos induz à inferência de que há discriminação racial no Brasil. [...] Existe, sim, o racismo, porém a sociedade não se imbuíu de coragem suficiente para enfrentá-lo [...] (COELHO, 2006, p.132).

Reconhecemos que o preconceito ao negro ainda existe, e a busca pela superação dessa atitude não se deve apenas às leis, nem aos nossos representantes políticos, mas à luta constante do povo negro. Embora sejam necessárias nas atuais condições de “Estado de direito”, as leis não garantem, isoladamente, a inclusão social do negro, uma vez que há, paralelamente, vinculados a elas, diversificados discursos negadores de racismo, os quais apregoam a crença de que o Brasil “escapou” do preconceito racial. Dentre esses discursos, destaca-se o midiático, tomado aqui como (re) produtor da discriminação racial.

Há também alguns críticos que responsabilizaram Gilberto Freyre de disseminar a idéia da democracia racial ao publicar em 1º de dezembro de 1933 o livro *Casa*

Grande & Senzala. Nessa obra Freyre tenta desmistificar a noção de determinação racial na formação de um povo. Com isso refuta a ideia de que no Brasil se teria uma raça inferior dada a miscigenação que aqui se estabeleceu. Antes, aponta para os elementos positivos que perpassam a formação cultural brasileira composta por tal miscigenação (notadamente entre portugueses, índios e negros). Segundo Clóvis²⁵ Moura, "Gilberto Freyre caracterizou a escravidão no Brasil como composta de senhores bons e escravos submissos". O mito do bom senhor de Freyre seria uma tentativa no sentido de interpretar as contradições do escravismo como simples episódio sem importância, e que não teria o poder de desfazer a harmonia entre exploradores e explorados durante aquele período.

No entanto, Freyre²⁶ contra argumenta esse discurso ao dizer não fora criador do mito da democracia racial e que o fato de seus livros terem reconhecido a intensa miscigenação entre as raças no Brasil não significava decerto a ausência de preconceito ou de discriminação.

Alguns estudiosos defendem que no Brasil há uma “cordialidade” discursiva que camufla a discriminação racial no país, porém a realidade nos mostra que a grande população negra brasileira não ocupa um percentual relevante nos bancos acadêmicos. Segundo Hasenbalg (1996) a democracia racial pode ser também entendida como mito no sentido antropológico clássico. Este mito ou conjunto de representações seria aquilo que é especificamente brasileiro, informando a vida cotidiana e ensinando-nos que a cordialidade é melhor que o confronto. Seguem as análises:

(12) “As políticas raciais que se pretende implantar no país por força da lei têm potencial explosivo porque se assentam numa assertiva equivocada: a de que a sociedade brasileira é, em essência, racista. Nada mais falso que isso” (SRV)

(13) Após a abolição da escravatura, em 1888, nunca houve barreiras institucionais aos negros no país.” (SRV)

(14) “O racismo não conta com o aval de nenhum órgão público. Pelo contrário, as eventuais manifestações racistas são punidas na letra da lei”. (SRV)

²⁵ Informação obtida no sítio: http://pt.wikipedia.org/wiki/Casa-Grande_%26_Senzala

²⁶ Informação obtida no sítio: http://pt.wikipedia.org/wiki/Casa-Grande_%26_Senzala

- (15) “Creia-se que o fato de existir um enorme contingente de negros pobres no Brasil resulta de circunstâncias históricas, não de uma predisposição dos brancos para impedir a ascensão social dos negros na sociedade”. (SRV)
- (16) “Até as primeiras décadas do século XX, prevalecia o pensamento racista no Brasil.”. (SRV)
- (21) Diz o sociólogo Simon Schwartzman, ex-presidente do IBGE: "O preconceito racial existe, mas existe também um histórico de convivência amigável, de aceitação das diferenças raciais, religiosas e culturais que representam um patrimônio a ser aperfeiçoado.”
- (36) “No século XX, a discriminação racial se amparou no raciocínio de cientistas, sociólogos e pensadores hoje relegados à lata de lixo da história. (SRV)
- (37) “A qualidade do serviço público despencou e o desemprego entre os negros subiu de 36% para 44%.” (SRV)
- (43) “Apenas em 1952 o candomblé passou a ser permitido [...]”. (RSCA, p.18)
- (44) “[...] após o fim da escravidão os facistas brasileiros estavam preocupados em “extirpar” do nosso país a “mancha social” formada pelas populações negras e mestiças”. (RSCA, p.18)
- (48) “Conhecimento não purifica espíritos já poluídos pelo preconceito racial”. (SRCA, p.20)
- (52) “Racismo não”. (SRCA, p.21)
- (53) “O mito da ausência de racismo encontrou sua resposta no contramito de uma sociedade essencial e visceralmente racista”. (SRCA, p.22)

Observa-se, em (12), “[...] que se pretende implantar no país por força da lei [...]”, que a perífrase verbal “pretende implantar” produz efeito de sentido de tempo futuro, de uma possibilidade, e não de ação concluída. Em usar “[...] por força da lei”, o sujeito *Revista Veja* usa palavras que produzem efeito de sentido de que a política de ação afirmativa é imposta à população brasileira e não conquistada, retomando a ideia de imposição coronelista, política vigente à época da escravidão no Brasil. Interpretamos que o sujeito enunciador, mesmo ocupando posição de elite, coloca-se como porta voz do povo brasileiro, cuja sua prática discursiva produz efeito de sentido de que o negro será injustiçado por meio da política de ação afirmativa como foi durante o tempo da senzala, pois a implantação dessa política será um retrocesso na história, uma vez que será implantada à força da lei. Em “As políticas raciais têm potencial explosivo [...]”, ao atribuir à política de ação afirmativa o qualificador do campo bélico “potencial explosivo”, o sujeito enunciador remete a algo negativo e indesejado. Para justificar sua posição contrária à política de ação afirmativa, ele desloca seu argumento para o dizer do outro, “[...] assertiva equivocada”, “acham que a sociedade brasileira é,

em essência, racista [...]”. Interpretamos que a prática discursiva do sujeito enunciador é persuasiva e seu objetivo é dizer ao sujeito leitor que não há necessidade de uma política de equiparação social no Brasil, pois a sociedade brasileira não é essencialmente racista: “Nada parece mais falso que isso”. A utilização do adjetivo “falso” traz a ideia tão propagada, já há algum tempo, de que todos somos iguais. Essa estratégia, materializada como um discurso de defesa reflete a ideologia dominante, que é contrária à adoção de políticas de cotas no processo de construção de identidades sociais do negro, uma vez que há discursividades que procuram, ao invés de abolir, dissimular as desigualdades sociais. (SERAFIM, 2005)

Ainda no enunciado (12), pelo uso da terceira pessoa do plural e do verbo “achar”, o sujeito *Revista Veja* responsabiliza o outro, indeterminado, pela implantação de uma política que, para ele, não é recomendável e tão pouco necessária. Todavia, o enunciado (52), “Racismo não”, de valor imperativo, desconstrói esse efeito de sentido e, ao modalizar o enunciado nominal pela negação, admite a existência de racismo. Nesse caso, a prática discursiva produz efeito de sentido de que o racismo existe e deve ser combatido na sociedade.

Em (13), o uso da preposição “após”, de sentido adverbial, reforça o efeito de sentido de tempo contextualizado por um fato histórico mostrado no segmento explicativo: “[...] a abolição da escravatura”. Entende-se que o sujeito *Revista Veja* usa esses termos para dar efeito de verdade e autoridade ao seu dito. Ao usar “em_1988”, reforça a ideia de momento marcado na história, num tempo concluído, negando, mais uma vez, que haja racismo no Brasil, uma vez que, desde a referida data, essa prática foi oficialmente abolida do país. Para reafirmar sua tese, ele argumenta: “nunca houve barreiras institucionais aos negros no país”. Esse efeito de sentido é desconstruído em (43), quando o sujeito enunciador *Revista Caros Amigos* afirma que “Apenas em 1952 o candomblé passou a ser permitido [...]”.

O enunciado (44) também contraria a afirmação apresentada em (13), ao enunciar “[...] após o fim da escravidão os facistas brasileiros estavam preocupados em ‘extirpar’ do nosso país a ‘mancha social’ formada pelas populações negras e mestiças”. Observamos, nesse enunciado, que o sujeito *Caros Amigos* afirma que os negros continuaram a ser perseguidos após a abolição. Para isso, ele evoca um fato histórico acontecido no Brasil, o “embranquecimento” da população brasileira, relacionando-o a

um fato histórico europeu, no caso, o fascismo. Ao atribuir a perseguição racista a negros e mestiços aos fascistas brasileiros, o sujeito enunciador *Caros Amigos* nega que o racismo tenha sido praticado por um significativo número de brasileiros, pois ele responsabiliza apenas um grupo restrito por tal prática, cuja voz é marcada por aspas, eximindo a revista da enunciação das palavras que, nas atuais condições de produção, não podem ou não devem ser ditas.

Já em (53) “O mito da ausência de racismo encontrou sua resposta no contramito de uma sociedade essencial e visceralmente racista”, o sujeito enunciador *Caros Amigos* contradiz os enunciados (12) e (44). Para isso, ele usa os substantivos “mito” e “contramito” (contrário ou oposto ao mito, mas que também é mito). Interpretamos então que o efeito de sentido desse enunciado é revelador de que vivemos numa sociedade essencialmente racista, e negar isso é um contrassenso.

Em (14) “O racismo não conta com o aval de nenhum órgão público”, notamos, por um processo metonímico, uma espécie de personificação do racismo (os praticantes do racismo), representada pelo uso do verbo “contar [com]”. Em “órgão público”, também há a construção metonímica, ratificando o que está na lei: embora haja manifestações racistas (também) nos órgãos públicos, elas são “eventuais” e não são “culpa” do Estado, que não é racista e que exerce seu poder punitivo (legal). No mesmo segmento enunciativo, reforça-se a asserção anterior: “Pelo contrário, as eventuais manifestações racistas são punidas na letra da lei”.

No enunciado (15): “Cria-se que o fato de existir um enorme contingente de negros pobres no Brasil resulta de circunstâncias históricas, não de uma predisposição dos brancos para impedir a ascensão social dos negros na sociedade”. O sujeito enunciador atribui a desigualdade social dos negros a fatores históricos, porém, ao usar esse argumento ele se contradiz, pois a história dos negros no Brasil é marcada pelo racismo praticado pelos brancos que, como vimos no capítulo anterior, se consideravam “raça superior” e, por isso, sentiam-se no direito de escravizar aqueles considerados inferiores. Assim, por meio do equívoco (PÊCHEUX, 1988), o sujeito mostra uma prática discursiva duvidosa, lacunar, pois foi a elite europeizada responsável pela colonização exploratória do Brasil e, conseqüentemente, do índio e do negro, enfim de todos aqueles considerados por ela como subalternos. Interpretamos, portanto, que o sujeito enunciador *Revista Veja* parte de suas percepções acerca da realidade, de suas

convicções, faz julgamento e marca o domínio do certo, do saber, da crença, ou seja, mostra ter conhecimento. Centra seu discurso naquilo que acredita ser certo sob uma ideologia. Ao enunciar em (16), “Até as primeiras décadas do século XX, prevalecia o pensamento racista no Brasil”, o sujeito enunciador se contradiz pelo equívoco ao afirmar que o “pensamento racista prevalecia”. Interpretamos que essas palavras produzem efeito de sentido de afirmação: que o racismo foi uma prática humana e não histórica, pois a ação de pensar é de humanos. Ao usar itens lexicais indicadores de tempo, como “Até as primeiras décadas do século XX”, o sujeito enunciador apropria-se de fatos históricos marcados no tempo e espaço para negar que, atualmente, no Brasil, há racismo. Hoje, essa prática foi superada.

Esse efeito de sentido também é apresentado em (28): “No século XX, a discriminação racial se amparou no raciocínio de cientistas, sociólogos e pensadores hoje relegados à lata de lixo da história”. O sujeito enunciador *Revista Veja*, mais uma vez, faz recorte na história, volta-se ao passado para assegurar que não há racismo no Brasil. Para afirmar seu dizer, refere-se a cientistas, sociólogos e pensadores de forma geral, atribuindo-lhes a responsabilidade da existência do racismo numa determinada época, no entanto o sujeito enunciador não os identifica. Assim, isenta-se da responsabilidade de atribuir culpa a alguém. Ocorre, todavia, que quando o sujeito enunciador *Caros Amigos* diz, em (48) “Conhecimento não purifica espíritos já poluídos pelo preconceito racial”, interpretamos que ele afirma não haver como negar o racismo, pois este está arraigado de forma muito profunda no ser humano. Dessa forma, há controvérsias discursivas entre os dois enunciadores.

Em (21), “Diz o sociólogo Simon Schwartzman, ex-presidente do IBGE: ‘O preconceito racial existe, mas existe também um histórico de convivência amigável, de aceitação das diferenças raciais, religiosas e culturais que representam um patrimônio a ser aperfeiçoado’.”, percebemos as representações sociais que foram construídas ao longo do tempo a respeito da população negra no Brasil; sublimam-se as interdições a que eles foram submetidos e procura-se reforçar a ideologia da democracia racial. Para isso, o sujeito enunciador *Revista Veja* usa o discurso direto do sociólogo, pessoa cujo histórico é representativo na sociedade, a fim de angariar voz de autoridade ao seu discurso. Interpretamos que todo o discurso é constituído sob a égide do combate ao preconceito racial, porém este serve de contradiscurso à política afirmativa de cotas

universitárias para negros. Ao dizer: “mas existe também um histórico de convivência amigável, de aceitação das diferenças raciais, religiosas e culturais que representam um patrimônio a ser aperfeiçoado”, nega, de forma contraditória, que o afrodescendente seja vítima de exclusão social e reforça, por meio de seu discurso, a ditadura do senso comum que naturaliza a democracia racial. Tal prática deve-se ao fato de o discurso de racismo em nosso país apresentar-se de maneira sutil e velada.

O enunciado (37) “A qualidade do serviço público despencou e o desemprego entre os negros subiu de 36% para 44%.” comprova, pelo seu efeito de sentido, que o racismo é vigente em nosso país, uma vez que o negro é responsabilizado, de certa forma, pelo declínio da qualidade do serviço público, o que fica sugerido nos números percentuais apresentados.

Entendemos, portanto, por meio dessas práticas discursivas, que a negação da existência de preconceito contra negros descarta a necessidade das cotas. Nesse sentido, interpretamos que esse discurso ratifica a hipótese de que há, no Brasil, preconceito racial e que este ainda se encontra sublimado nos discursos de invisibilidade provocados pelo silenciamento (ORLANDI, 1997). Há de se considerar que esses discursos negadores de racismo no Brasil são reafirmadores da posição da elite brasileira em relação à inclusão/exclusão dos negros na história e na sociedade brasileira. Segundo Guimarães (2003), a representação mítica de uma sociedade brasileira sem preconceito ou discriminação tem origem na ideia, muito difundida nos Estados Unidos e na Europa, de que o Brasil não tem uma linha de cor e, portanto, as “pessoas de cor” teriam as mesmas oportunidades que as brancas em relação a questões de trabalho, saúde e prestígio. Assim, em vez da segregação, temos o que Schwarcz (2000) chama de “racismo cordial”, sublimado, velado, porém danoso.

3.5 Discursos legitimadores de igualdade social entre brancos e negros

O sentido de igualdade como direito na Constituição termina por institucionalizar a desigualdade quer social, quer racial. Ao contrário de ser um “fato” ou acontecimento verificável empiricamente, um efeito de poder, uma consequência da lei: a igualdade é mais um tipo

de discurso ideal instituído a ser definido seu estatuto e sentido discursivo pela luta nas relações sociais. (RODRIGUES, 2007, p.184).

Embora seja notória em nosso país a extrema desigualdade social entre brancos e negros, se assim não fosse, na haveria a política das cotas, decorrente do processo excludente que se deu desde a colonização do Brasil, porém existem discursos que, pelo efeito de sentido (PÊCHEUX, 2002), querem negar que ainda nos dias atuais a população negra se encontre em desvantagem em muitos segmentos da sociedade. Como vimos anteriormente nos discursos analisados, há uma sublimação discursiva sobre o racismo, sendo este muitas vezes praticado de forma velada. Entendemos que o irrompimento desses discursos é resultado de uma educação discursiva legitimadora de igualdade entre brancos e negros, ou seja, a falsa democracia racial. Seguem os excertos:

(17) “O sociólogo pernambucano Gilberto Freyre foi um dos pioneiros no combate a esse raciocínio perverso, não apenas por nobilitar o papel do negro na formação da identidade nacional brasileira.” (SRV)

(20) “A música popular, por exemplo, não cansa de festejá-la. O país tem orgulho da beleza de suas mulatas.” (SRV)

(23) “Nunca houve nada parecido no Brasil. Não há por aqui escolas ou bairros só para negros”. (SRV)

(24) “Enquanto em alguns estados americanos o casamento entre brancos e negros era proibido, no Brasil é um fato do cotidiano que não causa nenhuma atenção”. (RV)

(25) “Quem acha que o problema racial no Brasil é parecido com o dos Estados Unidos nunca leu os elogios à nossa democracia racial feitos por tantos autores

(40) “Nosso bloco está disposto e é bonito, também temos direito de desfilar na avenida”. (SRCA, p.18)

(45) “Queremos ver respeitada nossa diferença em tudo aquilo que diga respeito à nossa identidade cultural, e queremos ser iguais em tudo aquilo que diga respeito à cidadania”. (SRCA, p.19)

(54) “Se o racismo fosse o motor da exclusão, apenas o recorte dado pela cor da pele geraria subgrupos desiguais, o que não acontece”. (SRCA),

Em (17) “O sociólogo pernambucano Gilberto Freyre foi um dos pioneiros no combate a esse raciocínio perverso, não apenas por nobilitar o papel do negro na formação da identidade nacional brasileira.”, ao identificar o sociólogo, o sujeito

enunciador apega-se às ações praticadas por ele como garantia de que há igualdade no Brasil entre negros e brancos. Para isso, a prática discursiva do sujeito enunciador *Revista Veja* é de exaltação ao negro. O uso do verbo “nobilitar” produz efeito de sentido de nobreza, pois, segundo o dicionário Aurélio (2001), esse item lexical possui significado de ‘tornar [-se] nobre’, ‘enobrecer’. Nesse sentido, entende-se que a prática discursiva do locutor propaga o negro não como excluído, mas como cidadão comum e de grande importância à formação étnica brasileira. Ao enunciar: “O sociólogo pernambucano Gilberto Freyre foi um dos pioneiros [...]”, o sujeito enunciador afirma que, além de Freyre, houve outras pessoas envolvidas no combate ao racismo. Interpretamos, pelo efeito de sentido desse enunciado, que o sujeito enunciador assegura a não existência do racismo no Brasil; nesse caso a igualdade entre negros e brancos prevalece, pois há aqui reconhecimento da importância do afrodescendente na constituição da sociedade brasileira.

Esse efeito de sentido exaltador ao povo negro também é percebido em (20) “A música popular, por exemplo, não cansa de festejá-la. O país tem orgulho da beleza de suas mulatas.” Interpretamos que a prática discursiva do sujeito enunciador faz apologia ao negro a fim de dizer que este é respeitado e homenageado aqui no Brasil. Ao citar “O país tem orgulho da beleza de suas mulatas”, interpretamos, nas entrelinhas discursivas, efeito de sentido de que a mulher negra é representada como produto mercadológico, símbolo sexual excêntrico. Desse modo, entendemos que, intencionalmente, a prática discursiva do sujeito enunciador busca desviar a identidade da mulher negra enfatizando apenas a exuberância corporal da mulata, como se esta fosse produto de venda.

Contudo, em (45), há uma desconstrução desse efeito de sentido, pois, ao discursivizar “Queremos ver respeitada nossa diferença em tudo aquilo que diga respeito à nossa identidade cultural, e queremos ser iguais em tudo aquilo que diga respeito à cidadania”, o sujeito enunciador *Revista Caros Amigos* usa a primeira pessoa do plural como estratégia discursiva para produzir efeito de sentido de inclusão. Ele se inclui entre os negros e, assim, clama por respeito, justiça e igualdade. Entendemos, dessa forma, que esse discurso midiático revela que a desigualdade entre brancos e negros ainda perdura em nosso país, pois é notável, nos dias atuais, a luta pelo sentido de liberdade e, sobretudo, pela oportunidade de condições dignas de vida como forma de superar a exclusão e a miséria que foram a eles legadas por serem os protagonistas de

um processo de escravidão. Moura (1992) afirma que o negro julgava ter direitos após a abolição, porém, fora da senzala, teve grande decepção, pois a liberdade e sua cidadania eram apenas simbólicas, construídas pelas classes dominantes. Assim, eles começaram a viver um imobilismo social que perdura até hoje.

Temos também, em (23), um discurso legitimador de igualdade: “Nunca houve nada parecido no Brasil. Não há por aqui escolas ou bairros só para negros”. Interpretamos que o efeito discursivo desse enunciado é de falsa igualdade social, pois o fato de não haver bairros e escolas só para negros, segundo o sujeito enunciador, é princípio básico de inclusão social. Vejamos esse efeito de sentido em (24): “Enquanto em alguns estados americanos o casamento entre brancos e negros era proibido, no Brasil é um fato do cotidiano que não causa nenhuma atenção”. Para sustentar o seu dizer de que negros e brancos no Brasil são tratados de forma igualitária, o sujeito enunciador *Revista Veja* traz os Estados Unidos da América como referência. Assim, ele compara atitudes de lá com as de cá: “[...] o casamento entre brancos e negros era proibido, no Brasil é um fato do cotidiano que não causa nenhuma atenção”. Ao fazer menção a atitudes extremas de preconceito praticadas nos EUA, o sujeito enunciador isenta a população brasileira de tais atitudes, no entanto a extrema desigualdade social entre brancos e negros aqui é ainda observável a “olho nu”.

Analisamos, em (40) “Nosso bloco está disposto e é bonito, também temos direito de desfilar na avenida”, que o sujeito enunciador *Revista Caros Amigos* afirma que o negro não é tratado de forma igualitária. Ao atribuir o adjetivo “bonito” ao substantivo “bloco”, o enunciador produz uma autoafirmação discursiva do negro em relação ao branco. Em “também temos direito de desfilar na avenida”, o operador de adição “também” produz efeito de sentido de posicionamento do negro ao cobrar um direito que é permitido aos brancos e não permitido a ele; no caso, “desfilar na avenida”.

Já no enunciado (25) “Quem acha que o problema racial no Brasil é parecido com o dos Estados Unidos nunca leu os elogios à nossa democracia racial feitos por tantos autores”, mais uma vez o sujeito enunciador *Revista Veja* compara o Brasil aos Estados Unidos. Interpretamos que esse discurso é ratificador da democracia racial existente no Brasil. tal prática discursiva camufla a real situação de desigualdade social em que o afrodescendente se encontra. Dessa forma, nega-se que aqui haja preconceito

e isso é uma das causas da extrema disparidade social do negro em relação ao branco. Interpretamos que essa prática discursiva explicita a dominação de um grupo sobre o outro, reafirmando o discurso ideológico das elites. Nesse sentido, a prática discursiva do sujeito enunciador aponta a visão hegemônica de uma classe social e, ao mesmo tempo, fala a essa mesma classe, cooperando, dessa maneira, com a reprodução e a manutenção de um discurso legitimador de igualdade. Para Van Dijk (2008), há, na reprodução discursiva, a manifestação do abuso de poder e da desigualdade social.

Em (54) “Se o racismo fosse o motor da exclusão, apenas o recorte dado pela cor da pele geraria subgrupos desiguais, o que não acontece”, o sujeito enunciador *Caros Amigos*, ao usar a correlação imperfeito do subjuntivo ao futuro do pretérito, nega que haja desigualdade social entre brancos e negros Brasil. Para isso, ele se apropria de um discurso hipotético de causa e efeito; no entanto, ao discursivizar “subgrupos desiguais”, sua prática discursiva produz efeito de sentido por meio do “equivoco” (PÊCHEUX, 1997) de um discurso discriminatório e preconceituoso, pois, ao usar o substantivo “subgrupo”, ele inferioriza o negro, uma vez que o prefixo latino “sub” indica posição abaixo (NICOLA, 2005). Nesse sentido, Van Dik (2008, p.18) revela que “a representação negativa dos acontecimentos étnicos e de pessoas pode [...] influenciar as mentes dos leitores. Estes [...] formarão modelos tendenciosos de acontecimentos étnicos específicos que leem ou ouvem”. Nesse contexto, o veículo midiático utiliza-se de um discurso legitimador de igualdade social que se inscreve na memória discursiva dos sujeitos, perpetuando-o de geração a geração.

3.6 Cotas: Discursos indicadores de menor intelecto do negro

(29) “metade das vagas nas universidades federais terá de ser preenchida por negros. O mérito acadêmico fica em segundo plano.” (SRV)

(32) “Também haverá cotas para negros no funcionalismo público, nas empresas privadas e até nas propagandas da TV.” (SRV)

(38) “Entre elas estava a inclusão de negros em cargos do funcionalismo público e a obrigação das escolas e universidades do país em aceitar cotas de estudantes negros. O resultado foi um desastre.” (SRV)

(39) “A qualidade do serviço público despencou e o desemprego entre os negros subiu de 36% para 44%.” (SRV)

(40) “A lição aqui não é a de que os negros fazem um trabalho pior que os brancos. E, sim, a de que, para uma sociedade funcionar perfeitamente, o melhor sistema é distribuir as vagas na universidade e os empregos públicos com base puramente no mérito individual, independentemente da cor da pele.” (SRV)

Entendemos, em (27), que o sujeito enunciador *Revista Veja* privilegia o mérito acadêmico como se este fosse prejudicado pela legitimação das cotas nas universidades públicas federais. Concebemos que há efeito de sentido de relação de causa e efeito entre oferta de cotas e declínio acadêmico. Nesse sentido, presenciamos um discurso empírico construído historicamente pela sociedade de que a academia é lugar reservado para pessoas ditas “inteligentes”, “capazes”, o que não se aplicaria aos negros. Há um discurso marcado por um tipo de poder constituído no/pelo outro discurso como forma de dominação de um grupo sobre outro. Assim, a inserção do negro nesse espaço, por meio das cotas, é significada para o sujeito enunciador como condição de incapacidade, pois quem se inscreve na universidade pelo sistema de cotas é menos capaz que quem se inscreve pelo sistema geral. Dessa forma, posiciona-se contrário às cotas alegando: “metade das vagas nas universidades federais terá de ser preenchida por negros”. Discursivamente, reproduz o sentido de que o negro não tem capacidade intelectual para ocupar o espaço acadêmico. Esse efeito de sentido é reafirmado em: “O mérito acadêmico fica em segundo plano.”

Os enunciados (36) e (37) constituem-se também pelo mesmo efeito de sentido discursivo, que é atravessado por outros discursos pré-construídos historicamente, pois, desde o regime de escravidão, o sentido de ser negro coloca-o numa posição de inferioridade social e intelectual em relação ao branco. O discurso de racismo e de preconceito perpetua-se e continua a humilhar o afrodescendente de forma explícita ou velada. Entende-se, nesses efeitos de sentido discursivos, que a inserção do negro nesses espaços sociais, por meio das cotas, é promotora de declínio da sociedade. Rodrigues (2007) afirma que as discursividades das cotas promovem, pelo seu efeito de sentido, um conjunto de “coisas-a-saber” e “tematizações” que envolvem representações marcadas por conflitos históricos e políticos. Assim, em (36), o uso do substantivo (categoria do discurso) “obrigação” produz efeito de sentido de que as cotas são

impostas ao setor público, escolas e universidades. Segundo o dicionário Aurélio (2001), esse termo significa ‘imposição’, ‘escrita pela qual alguém se obriga ao pagamento de uma dívida’. Então, ao analisarmos essa prática discursiva, interpretamos que a reparação dos danos causados aos negros historicamente significa para o sujeito enunciador prejuízo à nação, pois esse fator impositivo, segundo ele, é a causa da derrocada do ensino e, conseqüentemente, do país.

Ao discursivisar, em (37), que “a qualidade do serviço público despencou”, e ao apresentar dados percentuais de desemprego, em que o negro foi prejudicado, revela-se a posição subalterna do negro em relação ao branco. Podemos considerar que essa discursividade é preconceituosa em relação à capacidade intelectual do negro. Dessa forma, a ideologia branca advinda de formações discursivas marcadas no tempo e na história se repete e se materializa, ou seja, “branco raça superior”, “negro raça inferior”. A propósito, Pêcheux (1997, p. 314) assevera que uma FD é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outras FDs que se repetem e fornecem evidências discursivas fundamentais sob a forma de pré-construídos e de discursos transversos.

Em (32) “Também haverá cotas para negros no funcionalismo público, nas empresas privadas e até nas propagandas da TV.”, o uso do operador de adição “também” produz efeito de sentido enfático de que o negro ocupará vários espaços sociais, antes não permitidos a ele. O uso do operador argumentativo “até”, de forte sentido concessivo, reafirma esse efeito de sentido, como também possibilita sentido de amplitude e nos conduz à interpretação de que a prática discursiva do sujeito enunciador é de desaprovação a essa atitude. Há uma discursividade da elite branca segundo a qual os negros são significados negativamente; dessa forma a ocupação de espaços sociais pode representar-lhes ameaça.

Já em (38), o sujeito enunciador, ao dizer: “A lição aqui não é a de que os negros fazem um trabalho pior que os brancos”, busca “camuflar” seu preconceito, afirmando que brancos e negros estão num mesmo patamar em relação ao desempenho no trabalho, entretanto se contradiz ao dizer: “[...] o melhor sistema é distribuir as vagas na universidade e os empregos públicos com base puramente no mérito individual, independentemente da cor da pele”. Ao usar o superlativo em “melhor sistema”, ele afirma que o sistema atual de cotas é ruim e faz que a sociedade não funcione devidamente, pois não é considerado o mérito individual do cidadão. Dessa forma,

inserir o negro nos segmentos da sociedade pelas cotas é, segundo o enunciatório, uma forma injusta, pois, para ele, o branco sairá em desvantagem em relação ao negro, embora tenha mais méritos individuais. É visto, nesse discurso, que a “cor da pele” não deve ser um princípio em busca de uma reparação histórica sofrida pelo negro, mas sim o mérito individual, como se todos os cidadãos tivessem direito a equidade e pudessem competir de forma igualitária. O sujeito enunciador, em sua prática discursiva, nega os efeitos de escravidão que os 350 anos deixaram marcados nesse povo, negando também a necessidade das cotas à equidade social. Para isso, ele atribui sentidos às cotas como política que não promove a emancipação intelectual do cidadão. Então, a entrada do negro no funcionalismo público e em universidades públicas, por meio das cotas, significa que o afrodescendente é menos capaz que o branco.

3.7 Cotas: ameaça à população brasileira ou correção histórica?

(10) “Os piores são as loucuras nazistas e as do apartheid na África do Sul. Ambas causaram tormentos sociais terríveis com a criação de campos de concentração e guetos”. (SRV)

(11) “Os nazistas exterminaram milhões de pessoas, principalmente judeus, em nome da purificação da raça”. (SRV)

(26) “Além de pisotear a Constituição, tratando negros e brancos de forma desigual, o projeto de separar os brasileiros e definir direitos com base na "raça" é também um disparate científico”(SRV)

(34) “A discriminação existe no dia-a-dia e precisa ser combatida, mas, se ambas as leis entrarem em vigor, estaremos construindo legalmente um país dividido em raças, e isso é muito grave.” (SRV)

(39) “O Brasil, que tinha o privilégio de ser oficialmente cego em relação à cor da pele de seus habitantes, infelizmente corre o risco de ser mergulhado no ódio racial.” (SRV)

(57) “Na discussão sobre cotas para negros, cada vez mais se confunde a necessidade de políticas emergenciais de inclusão social com planos estruturais de longuíssimo prazo”. (SRCA, p.20)

O sujeito enunciador *Revista Veja*, em (10) e (11), faz recorte na história usando estratégias discursivas amedrontadoras. Tal reflexão é resultante do nosso conhecimento de que, para significar, a língua tem de se inscrever na história. (ORLANDI, 2001). Interpretamos que esses discursos produzem sentidos que se dispersam na sociedade.

A mídia, por meio de suas práticas discursivas produzidas a partir de determinadas “formações imaginárias” (PÊCHEUX, 1997) constituídas historicamente, espetaculariza assuntos polêmicos e sangrentos inscritos na memória social a fim de mobilizar memórias coletivas para reforçar o sentido consensual de que a política de ação afirmativa em questão é inviável, pois causa danos irreparáveis. O uso, em (10), dos termos “piores”, “loucuras”, “tormentos”, “terríveis”, “campos de concentração”, “guetos”, “extermínio”, “purificação”, produz, além de um sentido de qualificação negativa, efeito de sentido de ameaça. Assim, o sujeito-leitor é conduzido à interpretação que, de forma geral, não existe uma maneira eficaz para identificar o sujeito como afrodescendente e dar-lhe direito às cotas, e a permanência dessa política causará os mesmos danos causados pelo nazismo e pelo *apartheid*. É possível apreender nesse enunciado que o sujeito enunciador faz uma inversão do real significado das cotas ao compará-las aos movimentos racistas já existentes. Na sua prática discursiva, as cotas significam separação, abuso de poder, segregação, terrorismo. Pêcheux (1988, p. 160) explica-nos isso ao dizer que as palavras, proposições ou expressões mudam de sentido de acordo com as posições sustentadas por aqueles que as produzem, ou seja, adquirem seu sentido em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. Nesse caso, as condições de produção (PECHEUX) desse discurso revelam o discurso do poder travestido em discurso de proteção e alerta ao povo excluído.

Esse efeito de sentido também é visto em (11): “Os nazistas exterminaram milhões de pessoas, principalmente judeus, em nome da purificação da raça”. Interpretamos que a mídia se fundamenta em fatos inscritos na história a fim de provocar em seus interlocutores efeitos de verdade. Nesse sentido, Orlandi (1997, p. 30) nos esclarece dizendo que há sempre exterioridade constitutiva: o interdiscurso, a memória, um “já-dito” anterior à existência de qualquer dizer. Entendemos que a prática discursiva do sujeito enunciador produz efeitos de sentido de que as cotas causarão a mesma catástrofe causada pelos nazistas ao povo judeu, pois estão pautadas na especificidade racial. Para ele, a ascensão social do negro não acontecerá se o caminho forem as cotas.

Em (26): “Além de pisotear a Constituição, tratando negros e brancos de forma desigual”, analisamos que esse discurso alega que as cotas são inconstitucionais. O uso do operador argumentativo de adição “além de” produz efeito de que “pisotear a

Constituição” é argumento mais forte que o outro. Nesse sentido, o sujeito *Revista Veja* afirma que, mais que contrariar princípios da ciência, o projeto vai infringir a Lei Maior, o que significa “crime”. O uso do verbo “pisotear” acrescenta ao enunciado efeito de zoomorfização. Ao se referir às cotas como “projeto de separar os brasileiros e definir direitos com base na raça”, o sujeito enunciador atribui às leis um sentido de ilegalidade, de promotora de injustiça. Essa prática discursiva é um contra-argumento ao discurso das cotas, pois estas são um dos meios de “integrar” o negro no espaço social, onde há exigência de curso em nível superior, como também de promover a ascensão social e econômica desse povo, uma vez que essa questão diz respeito ao brasileiro, seja ele negro ou branco. (RODRIGUES, 2010).

Em (34), na primeira oração, o sujeito enunciador afirma que há discriminação “(34) “A discriminação existe no dia-a-dia”. Na sequência, afirma que tal atitude precisa ser combatida, entretanto, ao se referir às leis, ele as nega como necessárias à correção da disparidade social entre brancos e negros e, conseqüentemente, à não discriminação. Seu discurso atribui ao substantivo “lei” efeito de sentido de divisão, separação, segregação. Mais uma vez o sujeito enunciador *Revista Veja* desloca o sentido das cotas e, de forma estratégica, condena-as: “mas, se ambas as leis entrarem em vigor, estaremos construindo legalmente um país dividido em raças [...]”. Para firmar o seu discurso de “alerta” à população, ele diz:” e isso é muito grave”. Pelo uso do intensificador “muito”, ele produz efeito de perigo e revela sua posição contrária às políticas de ação afirmativa, por estas significarem, para ele, ameaça à população.

Já (39) se opõe ao discurso de (34): “O Brasil, que tinha o privilégio de ser oficialmente cego em relação à cor da pele de seus habitantes [...]. Vemos que o sujeito enunciador, de forma metafórica, nega o preconceito racial. Ao usar, metonimicamente, o substantivo próprio “Brasil” como sujeito da oração, generaliza o seu discurso como se este fosse a “voz” do povo brasileiro, porém podemos interpretar que sua prática discursiva é preconceituosa, pois o item lexical “privilégio” evidencia que a não existência do preconceito não é isonômica; é apenas para alguns. Nesse caso, pelo equívoco (PÊCHEUX, 1988) revela que o racismo ainda existe.

O uso do item lexical “oficialmente” reforça o sentido de que é apenas aparente a não existência de preconceito racial no Brasil: apenas o Estado afirmaria isso, falseando a verdade. Dessa forma, o discurso é constituído sob a égide de que o racismo

não existe, porém este serve de contradiscurso à política afirmativa de cotas universitárias para negro, pois, ao discursivizar: “[...] infelizmente corre o risco de ser mergulhado no ódio racial”, o sujeito afirma que as cotas promoverão o ódio, desavença, a discriminação social.

Entendemos que o discurso de racismo não representa um consenso em relação aos seus “sentidos” (PÊCHEUX, 1997), todavia algumas significações tentam defini-lo. Dessa forma, “racismo é uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos humanos”. (PROGRAMA 1998, p. 12). Dessa forma, não será uma imposição “oficial” que vai banir tal atitude da sociedade.

Já em (57) o discurso irrompeu em outra condição de produção (PÊCHEUX, 1993). O sujeito enunciador *Revista Caros Amigos* alega que as cotas são confundidas com planos estruturais de longuíssimo prazo. Analisamos que esse discurso não as nega como necessárias à equidade social, mas contesta a forma como vêm sendo discutidas. Ao discursivizar: “Na discussão sobre cotas para negros, cada vez mais se confunde a necessidade de políticas emergenciais de inclusão social com planos estruturais de longuíssimo prazo”, o uso da expressão “cada vez mais” produz efeito de sentido de que a implantação (equivocada) das cotas no Brasil perpetua-se e se repete. Ao se referir a “planos estruturais de longuíssimo prazo”, o sujeito enunciador afirma ser essa a causa de essa política não promover a correção dos danos históricos causados aos negros pelos 350 anos de escravidão. Sua prática discursiva é de sublimação; ele não se revela explicitamente contrário às cotas, porém sua prática discursiva conduz o leitor à interpretação de que esse sistema não é eficiente à emancipação intelectual e, conseqüentemente, social do afrodescendente.

3.8 Apologia à miscigenação: de onde vem esse discurso?

No início do século XX, no Brasil, a miscigenação racial passa a ser vista como positiva; há uma mudança de paradigma: o mestiço passa a ser visto pela cultura dominante como uma identidade, de certa forma, autêntica, antes vista como falta de identidade. Nessa época, o Estado está mais centralizado no Brasil e, como todo Estado-

nação, tido como democrático e pluralista. “O Estado brasileiro busca o seu sujeito nacional e vai construí-lo na condição da mestiçagem” (BENTO, 1998, p.68). Emerge, nesse momento, uma crença até hoje dominante: a de que a essência do Brasil é a mistura. Dessa forma, as mídias investigadas apropriaram-se desse discurso, voltando ao passado a fim de construírem sentidos e discursos homogêneos às cotas, pois sabemos que a formação discursiva não é dissociada da formação ideológica. A primeira surge ancorada numa ideologia em determinado tempo e espaço. Nesse sentido, indagamos: Em que esses discursos exaltadores da miscigenação se relacionam com o discurso das cotas? Seguem os excertos para análises:

(18) “Freyre foi, além disso, pôde mostrar que as culturas e não as diferenças raciais eram os fatores decisivos nos processos civilizatórios.” (SRV)

(19) “Depois de Freyre, a miscigenação racial foi sendo gradualmente aceita até se transformar, hoje, num valor cultural dos brasileiros”. (SRV)

(20) “A música popular, por exemplo, não cansa de festejá-la. O país tem orgulho da beleza de suas mulatas.” (SRV)

(41) “Nos sonhos de Darcy Ribeiro esta seria a grande contribuição brasileira para civilização humana, a mistura de raças [...]”. (SRCA, p.18)

(48) “Brasil, país de mestiços. Que beleza!” (SRCA, p.18)

Em (18) e (19), ao se referir a Freyre como o grande responsável pela valorização cultural do país, o sujeito enunciador *Revista Veja* afirma que aqui os brasileiros são respeitados, pois não há marcas fenotípicas que os mostram diferentes; somos uma nação miscigenada. Paradoxalmente, ele expressa, nas entrelinhas de seu discurso, que somos todos iguais e diferentes, vivendo todos em perfeita harmonia. Com essa prática discursiva, ele nega o racismo, a desigualdade social no Brasil e, conseqüentemente, a necessidade das cotas. Para isso, ele se apropria de um discurso já dito, produzido ideologicamente num contexto histórico do início do século XX, momento em que o país precisava firmar-se como nação miscigenada, ou seja, precisava definir sua identidade. Então, naquele momento o discurso exaltador à miscigenação era necessário. Dessa forma, o sujeito enunciador, ao ocupar a posição-sujeito, traz outros discursos em que ressoam vozes oriundas de diferentes saberes e contextos históricos em torno da noção de raça. Estas atravessam, dispersam sentidos, constroem identidades

sociais de negros, inscrevendo-se na memória social. Esses discursos omitem a realidade, reafirmam a ideologia da democracia racial e da classe dominante.

Quando o sujeito enunciador *Revista Veja* enuncia, em (19) “Depois de Freyre, a miscigenação racial foi sendo gradualmente aceita até se transformar, hoje, num valor cultural dos brasileiros”, ele, mais uma vez, discursivamente afirma que o racismo é algo superado no país. Analisamos que a prática discursiva desse sujeito seja arbitrária em relação à real situação do afrodescendente no Brasil. Para ganhar voz de autoridade, usa a frase: “Depois de Freire”. Com essa estratégia discursiva, ele atribui a Gilberto Freyre o mérito de ter iniciado a luta para banir o conceito de raça que, segundo o enunciador, até antes de Freyre, era vigente no Brasil. Analisamos que, ao fazer apologia à miscigenação, a fim de diminuir a importância do conceito de raça na emancipação do negro e atribuir a todos brasileiros a mesma condição étnica, o sujeito enunciador nega ao negro a causa de sua marginalidade social. Dessa forma, isenta o Estado da responsabilidade de corrigir a disparidade em que vive essa gente. Para Gonzales (1982, p. 84), “Freyre criou a mais formidável arma ideológica contra o negro, pois a ênfase na flexibilidade cultural do colonizador português e no avançado grau de mistura racial da população do país levou-o a formular a noção de democracia racial”. Assim, supomos que a consequência implícita dessa ideia é a ausência de preconceito e discriminação raciais e, portanto, a crença da existência de iguais oportunidades econômicas e sociais para brancos e negros.

Entendemos que os sentidos produzidos por essa prática discursiva não são neutros; estão carregados de outros sentidos formulados por outros sujeitos, em outras condições de produção, marcadas por fatores imediatos no momento em que se enunciam como fatos sócio-históricos de uma determinada época. Aportamo-nos em Orlandi (2003, p. 32): “as palavras não são só nossas; elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas nossas palavras”.

Ao afirmar, em (20) “A música popular, por exemplo, não cansa de festejá-la. O país tem orgulho da beleza de suas mulatas”, esse discurso também é atravessado, entre outros, pelo discurso da democracia racial e pelo estereótipo de que o modelo ideal de beleza da mulher brasileira está relacionado ao fato de ser mulata. Interpretamos que esses discursos representam discursos que circulam pela sociedade e que acionam situações, crenças e ideologias presentes na memória discursiva de interlocutores que se

inserem em determinadas formações ideológicas e discursivas, imputando determinados modos de enxergar o mundo ao seu redor. Ao citar as mulheres mulatas como ícones de beleza, o sujeito enunciador desconsidera a mulher negra, anulando-a da sociedade.

Em (41) e (48), os discursos irrompem em outra condição de produção: o sujeito enunciador fala de um lugar que lhe é próprio, porém interpretamos que seus discursos são apenas paráfrases dos discursos acima analisados, pois todos enunciam como portavozes de uma ideologia defensora e exaltadora de miscigenação. Há uma simulação discursiva em que os agentes negam a realidade dos fatos, tentando transformá-la em algo positivo de acordo com suas conveniências e interesses em jogo; nesse caso, a descaracterização das cotas para negros como política emergencial necessária à equidade social.

Ao discursivizar em (41) “Nos sonhos de Darcy Ribeiro esta seria a grande contribuição brasileira para civilização humana, a mistura de raças [...]”, o sujeito enunciador *Revista Caros Amigos* deixa, no entanto, em sua prática discursiva, lacunas que nos possibilitam a interpretação de que a miscigenação não é reconhecida, pois, ao usar o futuro do pretérito, no escopo de “sonhos”, conduz ao entendimento de uma irrealidade ou utopia. Nesse caso, o valor semântico de irrealidade contrapõe-se ao discurso de que aqui no Brasil a miscigenação é sinônimo de igualdade social e de que, por isso, todos são respeitados; não há brancos nem negros, mas uma mistura identitária.

Trazemos Pereira (2008) o qual afirma, por meio de sua pesquisa, que as análises feitas aos corpúsculos retirados da *Folha Online* e o pelo *Portal de Notícias da Globo*, também predominou o discurso que vê as cotas como um ato de discriminação, uma vez que facilitam o acesso a certas camadas da sociedade às universidades, quando deveriam valorizar como critério principal o mérito. Esse posicionamento contrário às cotas ancora-se na alegação de que não faz sentido essa proposta no Brasil, uma vez que a história brasileira de mestiçagem inviabiliza qualquer juízo que se faz adotando como critério a diferença de cor.

Mais uma vez, confirmamos que os meios de comunicação de massa em suas práticas discursivas fazem apologia à miscigenação brasileira de forma a atribuir às cotas efeito de sentido negativo. Interpretamos que tais discursos dizem, mesmo nas

entrelinhas, que se somos uma “raça” miscigenada, então todos devem ter direito às cotas ou estas são inviáveis.

BREVES CONSIDERAÇÕES

Ao analisarmos os enunciados recortados em discursos das revistas *Veja* e *Caros Amigos*, percebemos que, apesar de serem opostas ideologicamente, seus discursos não são totalmente distintos; em alguns momentos, divergem; em outros, são convergentes; em outros, contradizem-se, em si, ou entre si. Nesse sentido, pudemos perceber nos enunciados analisados efeitos de sentido diversos.

Ao investigarmos, por meio das análises, se a mídia *Revista Veja* e *Caros Amigos*, em suas práticas discursivas, tentavam construir sentido discursivo consensual na sociedade brasileira sobre as políticas de ação afirmativa, notamos que ambas usaram estratégias discursivas a fim de produzir sentidos homogêneos e consensuais sobre as cotas para negros, porém, enquanto a *Revista Veja* se posiciona contrária às cotas dizendo que são excludentes, provocam o cisma racial, podem causar o mesmo dano causado pelo *apartheid* e, por isso, representam ameaça à população brasileira, a *Caros Amigos* ora discursiviza a favor, dizendo que as cotas são necessárias, ora contra, ao dizer que não há ainda, nas discussões sobre as cotas, provas de sua natureza emergencial na política de inclusão social, e que se trata de planos estruturais de longuíssimo prazo, ou seja, dez anos depois.

Interpretamos que há uma luta hegemônica discursiva em ambas as revistas. Enquanto a *Revista Veja* representa a “voz” da elite brasileira, refletindo em seus discursos valores e crenças desse grupo, como também uma ideologia partidária de “direita”, a *Caros Amigos*, tenta demonstrar, por meio de práticas discursivas, uma ideologia contrária à da *Revista Veja*, uma contra-hegemonia, representa em seus discursos a “voz” do povo brasileiro, porém muitas vezes se contradiz, pois usa discursos que fazem apologia à miscigenação, negando a necessidade de uma política emergencial à correção da disparidade social entre negros e brancos, apregoando, assim como a *Veja*, a falsa ideia da democracia racial.

É visto que os discursos de ambas as mídias investigadas irromperam em diferentes condições de produção, uma vez que, conforme apresentamos na contextualização, *Caros Amigos* foi fundada para opor-se a *Veja*, no entanto, em

algumas análises, notamos que seus discursos entrecruzam-se e se complementam, (re) afirmando e (re) produzindo sentidos de que as cotas são excludentes. Já em outras práticas discursivas, *Caros Amigos* as defende como política de inclusão social.

Observamos que as revistas usaram os mesmos recursos, signos verbais e não verbais, a fim de convidar o leitor à interpretações e (re) construção de sentido. Ao representar o negro, a *Veja* usou estratégias visuais para mostrar uma imagem “politicamente correta”, camuflando, nos discursos inscritos na imagem, os traços fenotípicos que marcam tal etnia. A maneira como o negro foi representado pela referida mídia produz efeito de sentido de que ele não é vítima de discriminação racial, pois não há marcas fenotípicas que o diferenciem do branco, de modo que não é necessário que lhe seja concedido um direito diferenciado: negros e brancos desfrutam de condições de igualdade.

Percebemos que há, nessa prática discursiva da mídia *Revista Veja*, uma construção de sentido discursivo consensual na sociedade brasileira contra as políticas de ação afirmativa, ou seja, esta não é uma política séria, eficiente e eficaz à promoção social, pois não há critérios rigorosamente definidos e mensuráveis para avaliar quem é negro; nesse caso, as cotas representam ameaça à sociedade, por serem causadoras de injustiça.

Já a *Revista Caros Amigos* apresentou, nos discursos inscritos na imagem, as características fenotípicas do negro. Nesse discurso, ela defende a necessidades das cotas, porém usa também discursos homogeneizantes, como se toda a população negra vivesse à margem da sociedade, num entre-lugar, e tivesse as mesmas características fenotípicas: cabelos crespos, lábios grossos, nariz achatado, semblante triste, como se apenas um olhar externo do avaliador pudesse enquadrar um afrodescendente como beneficiário das cotas. Nesse caso, as duas mídias (des) constroem a real identidade do negro, ora pela negação de seus traços fenotípicos, ora por sua homogeneização.

Notamos também, por meio da materialidade linguística dos enunciados, que o discurso sobre as cotas nas revistas representa um espaço político, polêmico e (re) produtor de sentidos diversos, os quais qualificam essas cotas como inócuas à reparação dos danos sofridos pelo negro, marcado pelo processo de escravidão. Nesse sentido, interpretamos que os discursos das revistas não refletem discussões políticas sociais e educativas em relação à valorização do negro em nossa sociedade, mas, em alguns

casos, apregoam sentidos estereotipados sobre a inclusão social do afrodescendente por meio das políticas de ação afirmativas. Há uma inversão discursiva da real função das cotas, como também interesse em desqualificá-las como necessárias.

Ao trazermos outras pesquisas como âncora ao nosso trabalho, pudemos perceber que elas se correspondem e dialogam também com a nossa, pois todas afirmaram que os meios de comunicação de massa polarizam mais o contra do que aquilo que as cotas realmente representam. Dessa forma, atribuem a elas, por meio de suas práticas discursivas, sentidos diversos, constroem discursos estereotipados de negação, pelo esquecimento, veem-nas como discriminatórias por não valorizarem como critério avaliativo o mérito, o caráter do sujeito, alegam não fazer sentido essa proposta no Brasil porque o povo brasileiro é mestiço e isso inviabiliza qualquer juízo adotado como critério a diferença de cor.

Encontramos também nessas pesquisas e na nossa, argumentos discursivos que a política de ação afirmativa é inconstitucional porque vai contra o princípio de igualdade defendido pela Constituição Brasileira. Nesse caso, o contra argumento dessas mídias seria o de investir na educação aumentando as vagas no ensino público superior, ou que se forem necessárias as cotas, estas sejam definidas por critérios socioeconômicos. Assim, as controvérsias em torno das políticas de ações afirmativas, por um lado, refletem um conflito complexo e multifacetado, que envolve fundamentalmente a distribuição social de um bem desejado, neste caso o acesso à universidade; por outro, expressam dificuldades históricas, políticas e sociais que envolvem discussão sobre raça e racismo no Brasil e sobre as percepções que os brasileiros têm sobre sua própria identidade racial.

Ao tratarem de como a mídia representa o negro, vimos que, dentre os discursos, há a polêmica da negação identitária, em que outras posições sujeito, não a do negro, são convocadas a falar pelo negro, argumentando sobre a reparação histórica, inviabilizando tal reparação. Dessa forma, produz-se o efeito de sentido de negação da identidade, da igualdade, como se não tivesse ocorrido a escravidão ou como se esta fosse um acontecimento irrelevante historicamente.

Nesse sentido, ao considerar a dispersão dos discursos, dos sujeitos e dos enunciados, é possível inferir, entre outras questões, que as cotas colocam em cena não só a questão da reparação histórica, o racismo travestido de preconceito, e certa

passividade do negro, mas, sobretudo, que ela se inscreve na reivindicação de um espaço social que se constituiu em algo de valor significativo e contraditório, ao mesmo tempo, para a classe média e para uma boa parcela da elite brasileira.

Surge, portanto, a necessidade de compreender o papel desempenhado pela imprensa, pois, apesar de a mídia pretensamente veicular uma imagem de neutralidade nas matérias, constatou-se, por meio de uma leitura mais profunda e analítica, que ela se posiciona ideologicamente a respeito das cotas nas universidades, pois, além de noticiar as questões relacionadas às cotas raciais, veicula publicidade e forma opiniões. Fica, assim, evidente a relevância do papel midiático para determinar modos de agir e de ver o mundo, de forma a influenciar consideravelmente o processo de construção de subjetividades e identidades contemporâneas. Nesse processo de produção de subjetividades, um elemento central é o discurso, concebido como uma prática realizada por indivíduos que se constituem como sujeitos por meio dele, agindo sobre si e sobre aqueles com quem interagem, construindo a realidade social em que se inserem. A identidade social não está separada do discurso, uma vez que é na produção de significados por meio da linguagem que a realidade é construída e as suas instituições são legitimadas, bem como os objetos materiais e os sentimentos.

Nos discursos analisados, ficam implícitas a superioridade e a perpetuação da classe branca sobre a negra, pois ambas as revistas enunciam do interior da ideologia da classe dominante. Entendemos que, apesar de existirem os sistemas de cotas e leis que penalizam atitudes racistas, a sociedade brasileira não assume ser racista. Isso demonstra o tamanho do nosso problema, pois essa omissão faz “camuflar” a realidade vivida pelo negro, apontando para o fato de que o alcance da democracia é ainda um assunto complexo.

Concluimos, portanto, que há um grande paradoxo no discurso dessas mídias. Enquanto se revelam zelosas no que se refere à justiça, à denúncia e à luta em defesa da democracia em relação ao que chamam de liberdade de expressão, direito e cidadania, por outro lado não assumem essa posição quando o assunto é a defesa de direitos fundamentais, neste caso, a reparação da desigualdade e da injustiça histórica de que tem sido vítima a imensa população negra do nosso país. Ao afirmarem uma falsa democracia racial, polemizam o assunto sobre as cotas, provocando posições arbitrárias na sociedade brasileira e, conseqüentemente, negando aos negros a ascensão social.

Assim, a produção das diferenças que se transformam em desigualdades é um processo social e não algo natural que não possa ser evitado. Então, deve-se haver movimentos que visem promover a igualdade de direitos, dando a todos condições de equidade, desfazendo a produção e a existência da marginalização, pela qual ainda vivem boa parte da população brasileira por terem sido vítimas de sistema colonial que os legitimou discursivamente como raça inferior perdurando até os dias atuais.

Esperamos que este trabalho seja relevante para suscitar reflexões a respeito da prática discursiva midiática quando se trata de uma questão “cara” aos negros: o reconhecimento do seu direito e o respeito a sua identidade étnico-racial, levando o leitor a questionar e problematizar os discursos das mídias, pois estas, por mais que se propaguem neutras e que sejam necessárias à democracia, produzem discursos tendenciosos em defesa da classe social a que atendem.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Trad. Walter J. Evangelista e Maria L. V. de Castro. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade (s) enunciativa(s). In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas: Unicamp, 1990, p. 25-42.
- BENTO, M. A. S. *Cidadania em preto e branco*. São Paulo: Ática, 1998.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BRANDÃO, H.N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1991.
- _____. *Subjetividade, argumentação e polifonia – A propaganda da Petrobrás*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- BRASIL. Código Penal. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Luiz Flávio Gomes. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- CADERNOS DE PESQUISA, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005
- CARDOSO, S.H.B. *Discurso e ensino*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- DICIONÁRIO BRASILEIRO O GLOBO. 42. ed. São Paulo: Globo, 1996.
- FARO, J.S. (1999). *Revista Realidade, 1966 – 1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira*. Canoas, RS: ULBRA/AGE, 1999.
- FERREIRA, A. B. H. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Adolescência em discurso: Mídia e produção de subjetividade*. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, UFRGS, 1996.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Ed. Campinas: Loyola, 1996
- GOMES, N. L. *Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo*. Educação e pesquisa. São Paulo, n.1, p.167-182, 2003.
- GUIMARÃES, A. S. A. Nacionalidade e novas identidades raciais no Brasil: uma hipótese de trabalho. In: SOUZA, J. (org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília, (2001) Universidade de Brasília. p. 387-414.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu daSilva e Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HASENBALG, C. A.. Entre o mito e os fatos; racismo e relações raciais no Brasil. In: MAIO, M. C.; Santos, R. V. (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, . p. 235-249.

- HOUAISS, A. Dicionário de Língua Portuguesa Houaiss. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007
- IBGE. As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2002. Gerência do Cadastro Central de Empresas - RJ, 148p. 2004. In: www.abONG.org.br
- LAGAZZI-RODRIGUES, S. *A discussão do sujeito no movimento do discurso*. Campinas-SP: UNICAMP-IEL, 1998. (tese de doutorado)
- LIPOVETSKY, G. *Metamorfose da cultura liberal: ética, mídia e empresa*. Tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Trad. de Freda Indursky. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- _____. *Termos-chave da análise do discurso*. Trad. M. C. Souza e Silva e Décio Rocha. 2. ed. Belo São Paulo, SP: Cortez Editora, 2002.
- MAINGUENEAU, D.. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza e Silva, Décio Rocha. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MOITA LOPES, L. C. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.
- MOREIRA, B.F.A. *A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil(1995-200): avanços, desafios e tensões*. Caxambu-MG. Revista Brasileira de Educação, 2001.
- MUNANGA, K. O anti-racismo no Brasil. In: MUNANGA, Kabengel (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp, 1996.
- NICOLA, J. de. *Português: ensino médio, volume 3*. São Paulo: Scipione, 2005.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2001.
- _____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001b.
- _____. *Discurso e leitura*. Campinas: Cortez/Editora da Unicamp, 1988.
- _____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. São Paulo: UNICAMP, 1995.
- _____. (Org). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. São Paulo: Pontes, 1993.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997.
- _____. Análise do Discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997.
- _____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. de Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de Péricles Cunha. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Traduzido por Eni Pulcinelli Orlandi. *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

PROGRAMA Nacional de Direitos Humanos–Brasil. Gênero e Raça: todos pela igualdade de oportunidades: teoria e prática. Brasília: MTb-a Assessoria Internacional, 1998.

RODRIGUES, M. L. MST: *Discurso de Reforma Agrária pela ocupação: acontecimento discursivo*. Tese de Doutorado (Estudos Linguísticos) IEL- Unicamp, Campinas-SP, 2007.

SANTOS, R. E. (Org). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2009.

SCHWARCZ, L. Raça como negociação: sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil. In: M.N.S. FONSECA (org.). *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, (2000).

SERAFIM, C. E. R. Interdiscurso e produção identitária: as cotas para negros no discurso midiático. Congresso Internacional Cotidiano: Diálogos sobre Diálogos: *Anais do Congresso Internacional Cotidiano: Diálogos sobre Diálogos*, 1, 1, ISBN: Português, impresso, 2005.

SEYFERTH, G. A invenção da raça e o poder dos estereótipos. In: Anuário antropológico, n. 93, Rio de Janeiro: Tempo Brasil Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 10, nº 15, 2004.

SILVA, F. C. O. da. Racismo e mídia: o negro no discurso brasileiro. *Caderno de resumos do Seminário de pesquisa em análise do discurso*. Uberlândia: UFMG, 2004.

SILVA, T. T.(org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

SPIVAK, G. C. *Pode o Subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina G. Almeida, Marcos P. Feitosa e André P. Feitosa: Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

VAN DIJK. Teun (org.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: UNESCO/Contexto, 2008.

_____. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

Sítios pesquisados:

<http://www.webartigos.com/articles/8461/Voce-Sabe-o-Que-eEugenia/pagina1.html> acesso em 02/10/2011

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Eugenia> acesso em 27/02/2011

http://www.notapositiva.com/trab_estudantes/trab_estudantes/filosofia/10racismxenofc_hauv.htm acesso 10/11/2011

<http://lasa.international.pitt.edu/members/congresspapers/lasa2009/files/NobregaRicardo.pdf>

Acesso em 01-03-2011

<http://www.colegioweb.com.br/historia/o-apartheid.html> acesso em 08/01/2011

<http://leccufrj.wordpress.com/tag/acoes-afirmativas-e-cotas-na-midia-a-construcao-de-fronteiras-simbolicas/> acesso em 02-09-2011

http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_frenteiras/vol10n3/173a182_art04_pereira.pdf acesso em 20/09/2011

<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT16-5812--Int.pdf> acesso em 18/10/2011

http://www.unigran.br/revistas/interletras/ed_anteriores/n10/edicao/vol10/artigos/15.pdf . Acesso em 31-10-2011

[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/Jornada%20Eixo%202011/Impasses%20e%20Desafios%20das%20Políticas%](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/Jornada%20Eixo%202011/Impasses%20e%20Desafios%20das%20Políticas%20). Acesso em 01-11-2011

<http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/interdiscurso/silvaserafim.pdf>, acesso em 03-11-2011

http://www.notapositiva.com/trab_estudantes/trab_estudantes/filosofia/10racismxenofc_hauv.htm acesso 10/11/2011

http://pt.wikipedia.org/wiki/Georges_Cuvier, acesso em 28-10-2011

<http://www.colegioweb.com.br/historia/o-apartheid.html> acesso dia 04/04/2011

http://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_de_Sharpeville acesso em 17/09/2011.

<http://www.brasilecola.com/historia/democracia-racial.htm> acesso 18-10-2011

<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0435124.pdf> acesso 19/10/2011

<http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/mass%20media> acesso em 18/02/2011

<http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/quemsomos/historia-da-caros-amigos> acesso em 23/02/2011

http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=13925, acesso em 23/02/2011.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Revista_Veja acesso em 25/02/2011

<http://www.bocc.uff.br/pag/baptista-iria-abreu-karen-a-historia-das-revistas-no-brasil.pdf>, acesso 25/02/2011.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Casa-Grande_%26_Senzala acesso em 13/04/2011

http://pt.wikipedia.org/wiki/Casa-Grande_%26_Senzala acesso em 13/04/2011

ANEXOS

Cópus

(01) “

**Eles são
gêmeos
idênticos,
mas, segundo
a UnB,
este é
branco
e...**



(SRV).”

(02) “A decisão da banca da Universidade de Brasília que determina quem tem direito ao privilégio da cota...” (SRV)

(03) “[...] mostra o perigo de classificar as pessoas pela cor da pele – coisa que fizeram os nazistas e o apartheid sul-africano”. (SRV)

(04) “Um absurdo ocorrido em Brasília veio em boa hora. Ele é o sinal de que o Brasil está enveredando pelo perigoso caminho de tentar avaliar as pessoas não pelo conteúdo de seu caráter, mas pela cor de sua pele.” (SRV)

(05) “[...] Seria de esperar que ambos recebessem igual tratamento. Não foi o que aconteceu. Os "juízes da raça" olharam as fotografias e decidiram: Alex é branco e Alan não.” (SRV)

(06) “Alan, que quer prestar vestibular para educação física, foi classificado como preto na subcategoria dos pardos e pode se beneficiar do sistema de cotas. Alex, que pretende cursar nutrição, foi recusado”. (SRV)

(07) “Não sei como isso é possível, já que eu e meu irmão somos iguais e tiramos a foto no mesmo dia”, diz Alex, que recorreu da decisão”.(SRV)

- (08) “A avaliação divergente dos irmãos Alan e Alex pela UnB é uma prova dos perigos de tentar classificar as pessoas por critério racial”. (SRV)
- (09) “[...] Em todas as partes onde isso foi tentado, mesmo com as mais sólidas justificativas, deu em desastre”. (SRV)
- (10) “Os piores são as loucuras nazistas e as do apartheid na África do Sul. Ambas causaram tormentos sociais terríveis com a criação de campos de concentração e guetos”. (SRV)
- (11) “Os nazistas exterminaram milhões de pessoas, principalmente judeus, em nome da purificação da raça”. (SRV)
- (12) “As políticas raciais que se pretende implantar no país por força da lei têm potencial explosivo porque se assentam numa assertiva equivocada: a de que a sociedade brasileira é, em essência, racista. Nada parece mais falso que isso” (SRV)
- (13) “Após a abolição da escravatura, em 1888, nunca houve barreiras institucionais aos negros no país.” (SRV)
- (14) “O racismo não conta com o aval de nenhum órgão público. Pelo contrário, as eventuais manifestações racistas são punidas na letra da lei”. (SRV)
- (15) “Creia-se que o fato de existir um enorme contingente de negros pobres no Brasil resulta de circunstâncias históricas, não de uma predisposição dos brancos para impedir a ascensão social dos negros na sociedade”. (SRV)
- (16) “.Até as primeiras décadas do século XX, prevalecia o pensamento racista no Brasil.”.(SRV)
- (17) “O sociólogo pernambucano Gilberto Freyre foi um dos pioneiros no combate a esse raciocínio perverso, não apenas por nobilitar o papel do negro na formação da identidade nacional brasileira.” (SRV)
- (18)”. Freyre foi, além disso, pôde mostrar que as culturas e não as diferenças raciais eram os fatores decisivos nos processos civilizatórios.”(SRV)
- (19) “Depois de Freyre, a miscigenação racial foi sendo gradualmente aceita até se transformar, hoje, num valor cultural dos brasileiros”. (SRV)
- (20) “A música popular, por exemplo, não cansa de festejá-la. O país tem orgulho da beleza de suas mulatas.” (SRV)
- (21) “Diz o sociólogo Simon Schwartzman, ex-presidente do IBGE: "O preconceito racial existe, mas existe também um histórico de convivência amigável, de aceitação das

diferenças raciais, religiosas e culturais que representam um patrimônio a ser aperfeiçoado.” (SRV)

(22) “A inspiração para a adoção de cotas "raciais" são os Estados Unidos. Lá, uma secular história de discriminação dos negros foi amenizada pela integração forçada nas escolas e nos locais de trabalho”. (SRV)

(23) “Nunca houve nada parecido no Brasil. Não há por aqui escolas ou bairros só para negros”. (SRV)

(24) “Enquanto em alguns estados americanos o casamento entre brancos e negros era proibido, no Brasil é um fato do cotidiano que não causa nenhuma atenção”. (RV)

(25) “Quem acha que o problema racial no Brasil é parecido com o dos Estados Unidos, nunca leu os elogios à nossa democracia racial feitos por tantos autores negros americanos”. (SRV)

(26) “Além de pisotear a Constituição, tratando negros e brancos de forma desigual, o projeto de separar os brasileiros e definir direitos com base na "raça" é também um disparate científico”. (SRV)

(27) “metade das vagas nas universidades federais terá de ser preenchida por negros. O mérito acadêmico fica em segundo plano.” (SRV)

(28) “No século XX, a discriminação racial se amparou no raciocínio de cientistas, sociólogos e pensadores hoje relegados à lata de lixo da história.” (SRV)

(29) “Em 1883, o inglês Francis Galton criou o conceito de eugenia, que pregava o aperfeiçoamento humano através do cruzamento seletivo entre pessoas com características desejáveis, como inteligência ou força física.” (SRV)

(30) “Também haverá cotas para negros no funcionalismo público, nas empresas privadas e até nas propagandas da TV.” (RV)

(31) “A lei de cotas e o estatuto racial são monstruosidades jurídicas que atropelam a Constituição [...]”. (SRV)

(32) [...] ao tratar negros e brancos de forma desigual – e oficializam o racismo.” (SRV)

(33) “A discriminação existe no dia-a-dia e precisa ser combatida, mas, se ambas as leis entrarem em vigor, estaremos construindo legalmente um país dividido em raças, e isso é muito grave.” (SRV)

(34) “Na África do Sul o governo tentou incluir os negros na sociedade branca com um conjunto de medidas chamado de "ação afirmativa”.

(35) “Entre elas estava a inclusão de negros em cargos do funcionalismo público e a obrigação das escolas e universidades do país em aceitar cotas de estudantes negros. O resultado foi um desastre.” (SRV)

(36) “A qualidade do serviço público despencou e o desemprego entre os negros subiu de 36% para 44%.” (SRV)

(37) “A lição aqui não é a de que os negros fazem um trabalho pior que os brancos. E, sim, a de que, para uma sociedade funcionar perfeitamente, o melhor sistema é distribuir as vagas na universidade e os empregos públicos com base puramente no mérito individual, independentemente da cor da pele.” (SRV)

(38) “[...] a genética descobriu que raça não existe abaixo da superfície cosmética que define a cor da pele, a textura do cabelo, o formato do crânio, do nariz e dos olhos.” (SRV)

(39) “O Brasil, que tinha o privilégio de ser oficialmente cego em relação à cor da pele de seus habitantes, infelizmente corre o risco de ser mergulhado no ódio racial.” (SRV)

(40) “Nosso bloco está disposto e é bonito, também temos direito de desfilar na avenida”. (SRCA, p.18)²⁷

(41) “Nos sonhos de Darcy Ribeiro esta seria a grande contribuição brasileira para civilização humana, a mistura de raças [...]”. (SRCA, p.18)

(42) “Apenas em 1952 o candomblé passou a ser permitido [...]”. (RSCA, p.18)

(43) “[...] após o fim da escravidão os facistas brasileiros estavam preocupados em “extirpar” do nosso país a “mancha social” formada pelas populações negras e mestiças”. (RSCA, p.18)

(44) “

²⁷ Os enunciados 42, 43,44,45,47, 48 e 58 são recortes do discurso assinado por Samuel Aarão Reis, assessor da Secretaria Estadual de Direitos Humanos do Rio de Janeiro.



(SRCA)

»

(45) “Queremos ver respeitada nossa diferença em tudo aquilo que diga respeito à nossa identidade cultural, e queremos ser iguais em tudo aquilo que diga respeito à cidadania”. (SRCA, p.19)

(46) “As políticas de ação afirmativa buscam incluir os negros e pardos em nossa sociedade”. (SRCA, p.19)

(47) ²⁸“Conhecimento não purifica espíritos já poluídos pelo preconceito racial”. (SRCA, p.20)

(48) “Brasil, país de mestiços. Que beleza!” (SRCA, p.18)

(49) “Mais importante que o surrado esvaziamento biológico do conceito de raça é admitir que a cor da pele é o fato fundador da questão racial negra”. (SRCA, p.20)

(50) “Acenar com um Brasil futuro para desqualificar a política de cotas é dar golpe baixo na inteligência”. (SRCA, p.20)

²⁸ Os enunciados 49,50, 51 e 52 foram assinados pelo jornalista Marco Frenette

(51) “Já os que são contra as cotas usam argumentos tirados de um Brasil ilusório para desqualificar [...]”. (SRCA, p.20)

(52)²⁹ “Racismo não”. (SRCA, p.21)

(53) “O mito da ausência de racismo encontrou sua resposta no contramito de uma sociedade essencial e visceralmente racista”. (SRCA, p.22)

(54) “Se o racismo fosse o motor da exclusão, apenas o recorte dado pela cor da pele geraria subgrupos desiguais, o que não acontece”. (SRCA, p.22)

(55) “[...] no lugar de revolucionar a sociedade e instituições, pedem-se as cotas.” (SRCA, p.21)

(56) “As políticas de ação afirmativa só tem sentido se quando costuradas pelo reconhecimento e pela valorização da identidade cultural dos negros.” (SRCA, p.19)

(57) “Na discussão sobre cotas para negros, cada vez mais se confunde a necessidade de políticas emergenciais de inclusão social com planos estruturais de longuíssimo prazo”. (SRCA, p.20)

²⁹ Os enunciados 53, 54,55, 56 e 57 foram assinados por César Benjamim, autor de *Opção Brasileira* 9. Ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 21-2544-0206) e integra a coordenação nacional do Movimento Consulta Popular.